UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

FRANCISCO VITOR PARNAIBA ROLIM

DE AGRICULTURA FAMILIAR À CAMPESINATO: A RESISTÊNCIA CAMPONESA DO SÍTIO RETIRO DOS PARNAIBAS

CAJAZEIRAS - PB

2024

FRANCISCO VITOR PARNAIBA ROLIM

DE AGRICULTURA FAMILIAR À CAMPESINATO: A RESISTÊNCIA CAMPONESA DO SÍTIO RETIRO DOS PARNAIBAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB.

Orientador(a): Professora Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira

CAJAZEIRAS
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

R748a Rolim, Francisco Vitor Parnaiba.
De agricultura familiar à campesinato: a resistência camponesa do sítio Retiro dos Parnaibas / Francisco Vitor Parnaiba Rolim. – Cajazeiras, 2024.
74f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2024.

1. Agricultura familiar - Santa Helena- Município - Paraíba. 2. Reforma agrária. 3. Campesinato. 4. Formação rural. 5. Autonomia camponesa. 6. Comunidade rural - Sítio Retiro- Santa Helena - Município- Paraíba. 7. Resistência camponesa. I. Oliveira, Mara Edilara Batista de. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU – 631.151.4 (813.3)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

FRANCISCO VITOR PARNAIBA ROLIM

DE AGRICULTURA FAMILIAR À CAMPESINATO: A RESISTÊNCIA CAMPONESA DO SÍTIO RETIRO DOS PARNAIBAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB.

Orientador(a): Professora Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira

TCC aprovado em: 08/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira – UFCG

(Orientadora)

Prof. Dr. Aldo Gonçalves de Oliveira – UFCG

(Examinador)

Prof. Mc. Matheus Gouveia – UFRJ

(Examinador)

AGRADECIMENTOS

Eu confesso que quando eu comecei a escrever este trabalho, eu não estava com muita vontade de escrever os agradecimentos, no entanto, no decorrer do processo, algumas pessoas foram de extrema importância para que eu conseguisse chegar até aqui. Então, vamos lá.

Eu gostaria de agradecer PRIMEIRAMENTE A MIM, pois, antes de tudo, foi eu quem tive que suportar todas as dificuldades que apareceram no caminho. É claro que muitas pessoas me ajudaram, mas, no final de tudo, foi eu quem fiz toda a correria.

Passando para os agradecimentos dos que me ajudaram nessa caminhada, eu gostaria de começar agradecendo aos meus pais. Primeiramente ao meu pai, que da maneira dele, me ensinou muito doque eu sei e me mostrou com exemplos e atitudes oque é ser uma pessoa de valor e respeitosa, vale pontuar que ele me chama de “homi”, desde que eu me entendo por gente kkkkk. Segundamente, eu gostaria de agradecer a minha mãe, que sempre me alertou, até mais doque o necessário, sobre os perigos da vida. Sendo ela uma das pessoas mais empolgadas com o fato de eu estar me formando. Acredito que esse seja um sonho que ela compartilha comigo, bem como meu pai, também, é claro. Novamente, vale ressaltar que minha mãe me chama de Toti kkkkk. Amo vocês <3. Lembrando que eu não os coloquei em ordem de importância.

Gostaria de agradecer também ao meu amor, Mayane. Essa mulher, meus amigos, foi quem mais me ajudou nessa caminhada, desde o momento em que ela entrou na minha vida. Se não fosse por você, amor, eu não teria terminado esse trabalho. Te amo <3.

É de extrema importância que eu deixe aqui memorizado o Banco Da Massa. Aos meus manos, Igolas, Mano Rayans, Umago, Menozin, Batoras, Mano Cris, Pelé, Romans e Chinês. Foram vocês que me libertaram das amarras da ideologia burguesa. A vocês, meu muito obrigado.

Aos meus casas de gameplay, LuanLaff, Cassilhas, Rayan, Toin, Wertevelson, que tanto me ajudaram a desestressas quanto a estressar nas horas vagar, com gameplaysn frenéticas.

A todos os professores do curso de Geografia, que por sua vez, foram essenciais no meu processo de formação docente. Em especial, Mara, que me fez perceber o quão importante e indispensável é a discussão acerca das questões agrárias. Rodrigo, que me ensinou na prática oque um professor precisa ter para exercer com maestria essa profissão tão linda, em especial a obrigação de não ser sisudo. Aldo, que promoveu discussões filosóficas tão ricas, tanto nas aulas de estágio 4, quanto fora delas. Matheus, que mesmo não tendo sido meu professor e tento passado pouco tempo no campus, não passou despercebido, tendo contribuído de maneira

estratosférica com minha formação, principalmente no que diz respeito as questões cartográficas, que diga-se de passagem, foram apresentadas de maneira única, quem sabe, sabe.

A todos os moradores da minha comunidade, que sempre se fizeram presentes e prestativos durante a minha pesquisa de campo, sem nunca terem me negado horas de conversas e um cafezin feito na hora.

Aos meus cachorros, Duke, Lili, Lião, Piqueno, Neguinha, Rajadinha e Pitusha, que sempre me esperam chegar da faculdade com a maior empolgação do mundo.

Enfim, a todos os que me ajudaram nessa caminhada, vocês são os melhorzinhos do time.

RESUMO

A crescente expansão do modo capitalista de produção, associada às inúmeras formas de reprodução ampliada do capital, trouxeram consigo diversas alterações em todas as faces da sociedade, desde as pequenas cidades se tornando grandes metrópoles até os sítios mais isolados perdendo espaço para os grandes latifúndios. Ao voltarmos nossos olhares para a formação agrária brasileira, temos à primeira vista a revolução verde, que foi peça chave para que o campo brasileiro viesse a ser o que é hoje. Tais mudanças foram favoráveis para apenas um lado dos que produzem no campo, sendo esses os latifundiários, por outro lado, os camponeses tiveram para além de um sistema que os oprime cada vez mais, suas terras roubadas violentamente, seja por expulsão ou até mesmo por genocídios. Diante desses fatos alarmantes, esta pesquisa busca analisar e discutir as transformações sofridas pelo sistema agrário brasileiro, bem como a maneira que essas modificações recaíram sobre os produtores rurais familiares. Nessa perspectiva, iremos realizar esta pesquisa tomando como objeto de estudo uma pequena comunidade rural chamada Sítio Retiro, localizada na zona rural do município de Santa Helena - PB. A pesquisa foi realizada com os moradores da comunidade, buscando entender todas as complexidades que permeiam as transformações sofridas pela comunidade. Para tanto, iremos analisar como se deu a formação do sistema agrário brasileiro, bem como os impactos que essa formação agrária causa nas pequenas comunidades rurais. Além disso, iremos abordar a maneira como o pequeno produtor rural familiar se articula para resistir às investidas do capital e permanecer vivendo do campo, no campo e para o campo.

Palavras chave: Campesinato, Formação agrária, Rural, Capitalismo, Resistência camponesa.

ABSTRACT

The growing expansion of the capitalist mode of production, associated with the numerous forms of the expanded reproduction of capital, has brought about various changes in all aspects of society, from small towns transforming into large metropolises to the most isolated areas losing space to large estates. When we turn our attention to the formation of the Brazilian agrarian system, we are immediately confronted with the "green revolution," which was a key element in shaping the Brazilian countryside as it is today. These changes primarily benefited one side of those who produce in the countryside—the large landowners—while, on the other hand, the peasants not only faced an increasingly oppressive system, but also had their lands violently stolen, either through expulsions or even genocides. In light of these alarming facts, this research seeks to analyze and discuss the transformations undergone by the Brazilian agrarian system, as well as how these changes have affected family farmers. From this perspective, we will conduct our study focusing on a small rural community called Sítio Retiro, located in the rural area of the municipality of Santa Helena, in the state of Paraíba. The research was carried out with the community's residents, aiming to understand the complexities surrounding the transformations that the community has experienced. To this end, we will examine how the Brazilian agrarian system was formed, as well as the impacts that this agrarian formation has had on small rural communities. Additionally, we will explore how small family farmers organize themselves to resist the encroachment of capital and continue living from the land, on the land, and for the land.

Keywords: Peasantry, Agrarian Formation, Rural, Capitalism, Peasant Resistance.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Broca..... 35
Imagem 2 - Açude Velho..... 37
Imagem 3 - Corte do milho..... 45
Imagem 4 - Processo de silagem do milho. 46
Imagem 5 - Silo de milho. 48
Imagem 6 - Estoque de sementes (milho). 52
Imagem 7 - Estoque de sementes (feijão)..... 53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Espécies produzidas na comunidade. 44
Gráfico 2 - Tipos de sementes utilizadas pela comunidade 51
Gráfico 3 - Destino das produções da comunidade 54
Gráfico 4 - Utilização dos créditos rurais: 57
Gráfico 5 - Trabalhos alternativos realizados pelos moradores da comunidade 64

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de localização do Sítio Retiro dos Parnaibas em Santa Helena - PB..... 29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1. CONTEXTO HISTÓRICO E DESDOBRAMENTOS ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SÍTIO RETIRO, SANTA HELENA-PB 15

1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO 15

1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO NORDESTE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CENÁRIO ATUAL 21

2. A AGRICULTURA NO SÍTIO RETIRO: RECUPERAÇÃO HISTÓRICA E CENÁRIO ATUAL - OLHARES SOBRE AS FORMAS DE VIDA E REPRODUÇÃO CAMPONESA 31

2.1 DE CAMPESINATO A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA VERDADEIRA FORMA DE VIDA E DE REPRODUÇÃO CAMPONESA 32

2.2 CENÁRIO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SÍTIO RETIRO 41

3. RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA CAMPONESA NO SÍTIO RETIRO 60

3.1 AUTONOMIA CAMPONESA: MEIOS UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES DO SÍTIO RETIRO PARA PERMANECEREM ENQUANTO MORADORES DE UMA COMUNIDADE RURAL CONSERVANDO SUA AUTONOMIA 62

CONSIDERAÇÕES FINAIS 68

INTRODUÇÃO

Com o intuito de analisar e compreender as características acerca da agricultura familiar no Sítio Retiro, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, que segundo Denzin e Lincoln (2006) busca analisar o mundo de uma forma interpretativa, sendo assim, uma ferramenta metodológica de extrema importância para que pudéssemos realizar um estudo detalhado sobre a agricultura local dessa comunidade. Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Creswell (2007) salienta que, na pesquisa qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento. Acreditamos, com base nessa análise, que a pesquisa de cunho qualitativo pode nos auxiliar a compreender essa realidade na qual estamos inseridos diretamente, enquanto pesquisador e sujeito ativo na pesquisa. Esse tipo de abordagem, nos possibilita observar o que está ocorrendo e entender os motivos que o fazem ocorrer.

Inicialmente realizamos uma entrevista voltada para as famílias que estão produzindo na comunidade. A entrevista foi feita junto a todas as pessoas do núcleo familiar, tendo uma pessoa como interlocutora das respostas que representam as atividades agrícolas da família em questão. Essas famílias eram selecionadas com base e um critério: a família tinha que ter a agricultura familiar como sendo uma de suas atividades econômicas

Dentro da comunidade temos ao todo 40 casas habitadas, dentre essas, 15 (quinze) exercem a agricultura como uma de suas fontes de renda, logo, essas famílias foram escolhidas como sujeitos alvo da nossa pesquisa. A pesquisa foi realizada através de uma entrevista, que por sua vez, foi pensada e elaborada de modo que ela girasse em torno de algumas questões previamente escolhidas. O objetivo foi extrair ao máximo as informações dos entrevistados, sendo que, nas entrevistas, as conversas paralelas também serviram como base para a criação de conhecimento e desenvolvimento do trabalho. Para completar, as entrevistas foram estruturadas, que por sua vez seguiam um roteiro, possibilitando assim a coleta de diferentes respostas para as mesmas perguntas. Também foram realizadas entrevistas com os filhos de Vicente Ferreira Parnaiba, sendo elas, base para a descrição do modo de vida camponês que os primeiros moradores da comunidade exerciam.

As entrevistas nos possibilitaram uma maior riqueza de informações, visto que ao dialogarem sobre o tema, os entrevistados deram informações que mesmo sem serem planejadas, foram de extrema importância para a pesquisa.

Durante a realização das entrevistas, também foram coletadas fotografias da comunidade e dos locais de trabalho dos agricultores, para que assim, pudéssemos fazer análises

não só bibliográficas, mas também, análises tridimensionais do arranjo espacial da comunidade e como está organizada essa agricultura familiar na comunidade.

Tanto a coleta de dados quanto a própria análise da comunidade foram facilitadas pelo fato do estudo se tratar da minha comunidade, nisso, a proximidade com o objeto de estudo foi um ponto crucial para a resolução do trabalho de campo.

Levando em consideração que toda a comunidade faz parte da mesma família, não se fez necessária uma caracterização mais profunda de cada sujeito da pesquisa. Tivemos a possibilidade de usarmos suas falas de formas aleatórias, visto que todos os entrevistados seguem basicamente o mesmo perfil de agricultor.

Sendo assim, o presente trabalho terá seu desenvolvimento a partir do processo histórico da dinâmica territorial e espacial da agricultura familiar no Sítio Retiro, que fica localizado nas dependências do município de Santa Helena - PB, estando a 4 km (quilômetros) da sede da cidade. Estando localizada no extremo Oeste paraibano, a 410,14 km da capital João Pessoa - PB, a cidade de Santa Helena se limita ao Norte com a cidade de Triunfo - PB, ao Sul com Bom Jesus - PB e Cajazeiras - PB, Leste com São João do Rio do Peixe - PB e ao Oeste com Baixio – CE e Umari – CE.

1. CONTEXTO HISTÓRICO E DESDOBRAMENTOS ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SÍTIO RETIRO, SANTA HELENA-PB

É de fácil percepção que o Brasil sempre sofreu e continua sofrendo com as consequências de um desenvolvimento desigual e combinado no campo (Oliveira, 2007), resultado do perverso processo de colonização desses territórios (Porto-Gonçalves, 2012).

> No caso do campesinato do Brasil, é preciso considerar que a agricultura brasileira, na qual ele está historicamente inserido, manteve, mesmo longamente após o fim do período colonial, seus traços estruturantes, que consistiam na grande propriedade monocultora e no trabalho escravo. (Wanderley, 2014, p.27)

Sendo assim, a questão agrária no Brasil ainda é um problema a ser resolvido. Neste sentido, neste capítulo abordaremos o processo histórico da formação do espaço agrário brasileiro. Para isso, organizamos este capítulo em dois subcapítulos, o primeiro aborda o contexto histórico acerca das transformações do sistema agrário brasileiro. E o segundo subcapítulo terá como enfoque o Nordeste, onde será abordado a maneira como essas transformações no espaço agrário impactaram essa região. Este enfoque na região Nordeste tem como objetivo nos aproximar do nosso objeto de estudo, a comunidade rural Sítio Retiro, localizada em Santa Helena-PB.

1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Como dissemos anteriormente, a formação do espaço agrário brasileiro nos remonta ao período da colonização portuguesa que se estendeu de 1530 até 07 de setembro de 1822, ano que foi proclamada a independência do Brasil. No início desse período, a dinâmica da economia brasileira era voltada para a exportação, sendo o Brasil, uma mera fonte matéria prima para Portugal. “Foi com o espírito de feitorias puramente comerciais, que se iniciaram as primeiras atividades extrativistas concentradas nas madeiras utilizadas para a construção ou elaboração de substâncias corantes, como o Pau Brasil.” (Germani, 2006, p. 119). A primeira cultura a ser realmente produzida em grande escala no Brasil, foi a cana de açúcar, que de acordo com Germani:

> Mas prontamente apresentou-se uma perspectiva: a qualidade de grande parte do solo litorâneo – denominado massapé – e o clima do Brasil, que se apresentavam como promissores para o plantio de um produto milagroso, a cana de açúcar, matéria prima

> para a produção de açúcar. O açúcar era um produto escasso e de alto valor comercial na Europa. (2006, p.120)

Esse é apenas um dos fatores que levaria a cana-de-açúcar a ser cultivada até hoje no Brasil, a exploração da mão de obra escrava e as grandes extensões de terras disponíveis também foram marcas desse processo que perduram nos dias atuais.

Para a organização dessa produção na Colônia, foi implantado um sistema de colonização chamado de "Capitanias Hereditárias". Esse sistema consistia na doação de 12 faixas de terra por parte da coroa portuguesa que iam do litoral brasileiro até a linha imaginária que era determinada pelo Tratado de Tordesilhas. Essas terras foram doadas aos chamados "Donatários", que se tornavam representantes da Coroa Portuguesa e que posteriormente dividiram essas terras em lotes menores, que viriam a ser chamados de Sesmarias (Germani, 2006). Sobre a Sesmarias, Germani pontua que:

> Em Portugal já se tinha o antigo costume de retirar de seus donos as terras não exploradas para entregá-las a quem se dispunha a lavrá-las e semeá-las. O costume foi transformado em lei escrita, em 1375, pelo Rei D. Fernando, denominada Lei das Sesmarias. Segundo tal Lei as terras eram concedidas por tempo determinado e o proprietário estava obrigado a trabalhar nelas, diretamente ou por terceiros, pagando à coroa a sexta parte da obtenção da produção, chamada antigamente de "sesma". (2006, p.122)

Com a independência do Brasil sendo declarada em 1822, a lei das Sesmarias, teve seu fim. Já no ano de 1850 o Brasil tomaria uma medida que viria a ser o pontapé inicial para a real desigualdade social enfrentada até os dias atuais (Westin 2020). A Lei de Terras, assinada por Dom Pedro II, optava pelo país que a zona rural seria dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades. Como dispõe a lei N° 601, de 18 de setembro de 1850, "Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra." (Brasil, 1850, art. 1). Levando em consideração que a lei de terras foi assinada logo após o fim do sistema de Sesmarias, e levando também em consideração que a lei de terras proibia a aquisição de terras devolutas, que por sua vez eram terras que pertenciam ao estado, por qualquer que fosse o título senão a compra, a estrutura fundiária brasileira continuaria da forma que estava, visto que os latifundiários remanescentes das sesmarias continuariam com a posse de suas terras e os que não possuíam terras, sendo esses os ex-escravisados e imigrantes, continuariam sem possuir.

Nesse momento, o Brasil estava passando por um momento de consolidação de um sistema extremamente exploratório, um cenário onde os camponeses e os latifundiários já começavam a ter seus lugares definidos na formação do espaço agrário brasileiro.

O quadro agrário atual do Brasil, não é, infelizmente, diferente do apresentado acima. Para podermos entendê-lo, retomando o que foi dito anteriormente, é necessário considerar todo esse cenário, que, historicamente foi se solidificando e hoje é estrutural na nossa sociedade (Wanderley, 2014).

Para entendermos as relações de trabalho no campo brasileiro, bem como a maneira que o espaço agrário se desenvolve e se atualiza, antes é necessário considerar que o camponês e seu campesinato são majoritariamente antagônicos em relação aos grandes latifundiários e seus latifúndios, visto que, enquanto de um lado temos o produtor camponês cultivando diversas culturas para sua própria subsistência, do outro, temos os latifundiários trabalhando com monoculturas de exportação, produção de combustíveis e outros.

Quando falamos de camponês e latifundiário, não estamos usando meras palavras apenas a nível de designação para cada tipo de produtor rural, estamos usando termos que representam lutas políticas de classes sociais distintas (MARTINS, 1990). Na mesma perspectiva, Martins continua:

> Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas em uma concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu nome, mas também o seu lugar social, não apenas no seu espaço geográfico, no campo em contraposição a povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (1990, p.22-23)

Desse modo, quando usamos o termo camponês e campesinato, estamos falando de uma série de lutas e de reivindicações que essas pessoas passaram, estamos também, usando uma designação que carrega um peso político enorme, ao mesmo tempo em que estamos mantendo viva uma luta que ainda hoje se faz presente na nossa sociedade e que por vezes tentaram apagar. Nessa mesma perspectiva, Martins comenta:

> Na cabeça de muita gente fina da universidade, da igreja, da intelectualidade esclarecida, estão ausentes esses acontecimentos. Eles não se somam à concepção de história já elaborada e cristalizada na cabeça dos intelectuais. A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana - uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. (1990, p.26)

Podemos compreender esse apagamento da história camponesa como sendo uma das inúmeras manobras utilizadas por parte da classe dominante para enfraquecer seus rivais, visto que um campesinato forte e bem estruturado é totalmente antagônico e nocivo ao modo de produzir e tecnológico dominante.

Para além desse apagamento histórico pela qual os camponeses passaram, tivemos também a introdução do capital no campo, que é um sistema que vem para assegurar a permanência e a soberania dos grandes latifúndios, da burguesia e das monoculturas de exportação. Desse modo, "o sistema todo foi feito para que ganhem os grandes capitais e não os pequenos produtores" (Graziano 1980, p.7). Com isso, entendemos a fonte das desigualdades encontradas no campo e as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores como sendo parte do próprio modo capitalista de produção. Temos como uma das faces do capitalismo introduzido nas relações de trabalho no campo como sendo a renda da terra, que segundo Oliveira:

> A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência. (2007, p.43)

Com isso, voltamos a ideia de Graziano na qual ele fala que todo o sistema é feito para que ganhem os grandes capitalistas e não os pequenos produtores, desse modo, em concordância com Ariovaldo, a renda da terra vem para introduzir a mais-valia nas relações de trabalho no campo, visto que o pequeno produtor ao se associar a um latifundiário, a'caba' por se tornar um escravo, tendo que produzir para a sua subsistência e ainda produzir um excedente que sirva de lucro para o proprietário da terra.

Para a manutenção de todo esse sistema exploratório no campo brasileiro, tivemos a implementação de uma série de medidas que tiveram seu início a partir da década de 1860-70, a chamada Revolução Verde vinha com a ideia de que a agricultura poderia ser industrializada. Suas principais características foram a implementação de novas técnicas agrícolas, como herbicidas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes transgênicas, máquinas e entre outras mudanças que visavam apenas o aumento da produção. Sobre o sentido das transformações capitalistas, Graziano nos explica que:

> [...]o sentido das transformações capitalistas é elevar a produtividade do trabalho. Isso significa fazer cada pessoa ocupada no setor agrícola produzir mais, o que só se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária. (1980, p.6)

Desse modo, a introdução do capital no campo também foi um agente direto para sobrecarregar as jornadas de trabalho, visto que cada trabalhador tinha que fazer mais do que o previsto, apenas para aumentar os lucros, lucros esses que só seriam vistos pelos patrões. Então,

a revolução verde foi a forma que o homem encontrou para driblar a natureza. Assim, se uma determinada região é seca, tome lá uma irrigação para resolver a falta de água; se é um brejo, lá vai uma draga resolver o problema do excesso de água; se terra não é fértil, aduba-se e assim por diante (Graziano, 1980, p. 6).

Essa revolução trazia consigo a proposta de resolver o problema da fome no mundo, no entanto, ela apenas aumentou a desigualdade social que outrora já foi tão discutida. Partindo dessa mesma perspectiva, ao introduzirem o capital no campo e com isso aumentarem consideravelmente a produção, os pequenos produtores se viram na situação de reféns dos grandes produtores, visto que não é possível competir contra os grandes proprietários rurais enquanto sendo apenas pequenos produtores familiares. Com isso, o homem do campo se viu expulso de suas terras, tendo que se sujeitar aos grandes produtores ou então buscar trabalho nas grandes cidades. Nesse mesmo sentido Wanderley destaca:

> Sem o recurso da produção de subsistência, o trabalhador, expulso do campo, perde os pressupostos mínimos da condição camponesa e passa a viver nas periferias degradadas das cidades, de onde procura ocupação, agora, sem nenhum vínculo, nas colheitas que se sucedem ao longo do ano, num amplo espaço que pode ser, inclusive, inter-regional. (2014, p.28)

Desse modo, a introdução do capital no campo causou um êxodo rural forçado, visto que os camponeses não mais iam para a cidade por vontade própria, eles se viam em um cenário de expulsão, na qual eram obrigados a saírem do campo para as cidades por falta de possibilidade de trabalho no campo.

Além disso, o camponês no Brasil, vem sofrendo uma perda de sua identidade, visto que, ao longo da história, a palavra “camponês” foi sendo substituída por “agricultor familiar”. Essa substituição foi promovida pela necessidade de introduzir o camponês no mercado rural, como nos conta Carvalho:

> A proposta econômica e política de inserção competitiva da denominada "agricultura familiar" nos mercados, no âmbito do que passou a se denominar de cadeias produtivas, a partir da institucionalização em 1995 do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) (2009, p.3)

Segundo o autor, essa categoria teve sua criação a partir da criação do Pronaf na década de 90. Desse modo, com a introdução do campesinato nas cadeias produtivas, agora chamado de agricultura familiar, tem-se um apagamento do que o campesinato outrora significava, ao mesmo tempo que surgia um novo conceito de pequeno produtor rural. Nessa mesma perspectiva, Wanderley afirma:

> Com isso, diluía-se o conteúdo histórico-político que a palavra "camponês" inspirava, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades. (2014, p.30)

Mediante essas contradições postas na formação do espaço agrário brasileiro, e a inserção desse sujeito ao mercado, o camponês, por meio da agricultura familiar, sua principal expressão de trabalho, resiste e se recria, não sucumbindo assim á lógica do capital (SHANIN, 2008). Wanderley continua:

> Os agricultores familiares são ainda percebidos, por alguns, como integrantes das principais culturas agropecuárias do País, inclusive das grandes cadeias produtivas globalizadas. Neste caso, eles são incluídos na categoria genérica do "agronegócio", juntamente com os grandes proprietários e empresários do setor agrícola do País. (2014 p.30)

Para entendermos o significado do campesinato, Wanderley comenta que:

> Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (2014, p.26)

Nessa mesma perspectiva, temos a exposição do fato de que o camponês tem no seu modo de produção muito mais do que apenas uma forma de produzir, se trata de uma identidade, uma forma de viver e uma cultura própria. Da mesma forma, tratando-se de definições, o camponês sofreu e ainda sofre um apagamento do que se entende como "campesinato". Sabemos que a palavra "camponês" carrega um peso de luta por direito à terra, luta por direitos trabalhistas, portanto, um peso político. Enfim, não se trata apenas de uma conotação fonética atribuída a um grupo de maneira banal, trata-se de uma palavra cheia de significado que representa um povo que durante toda a história lutou e ainda luta para poder viver da sua maneira. O que chamamos de "livre arbítrio" não é mais uma opção para o camponês, visto que além de apagarem o seu significado, também lhes retiraram o que tinham de mais importante, a terra. Para chegar a um real apagamento do que é ser um camponês, tinha-se uma busca por uma definição politicamente mais neutra para se referir aos camponeses, nesse período, foram adotadas expressões como "pequenos produtores", "produtores de baixa renda", entre outras definições que além de incertas, eram depreciativas e só buscavam acentuar a produção, e não mais o modo que se produzia e por que se produzia.

Desse modo, o campesinato hoje no Brasil vive essa força dual, com uma aproximação de dois polos que são opostos, o camponês como o principal sujeito de luta contra os latifundiários e hoje contra o agronegócio. Certo é, que para as políticas públicas o camponês passa a ser definido como pequeno produtor ou agricultor familiar, extraindo assim todo o sentido político do ser camponês. Nessa perspectiva, tivemos a consolidação do sistema agrário brasileiro, onde de um lado temos os detentores dos grandes latifúndios, produzindo em larga escala, e do outro, os camponeses, tendo que lutar contra a represália do modo capitalista de produção, que por sua vez acaba por engolir qualquer que seja o grupo que não é adepto dele. Vemos essa dualidade entre campesinato e agronegócio expressada de maneira acentuada quando observamos o próprio arranjo espacial de ambos os setores, que de acordo com Fernandes:

> enquanto o agronegócio organiza o seu território para a produção de mercadorias, dando ênfase a esta dimensão territorial, o campesinato organiza o seu território para realização de sua existência, necessitando desenvolver todas as dimensões territoriais. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas diferentes formas de organizações de seus territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. (2006, p.28-29)

Dessa forma, podemos concluir que onde o campesinato expressa sua existência, ele também promove a existência da vida em geral. É certo que no território do agronegócio, vemos acentuada a dominação de uma monocultura, geralmente presente em todo o espaço, já no território camponês, temos em meio às casas plantações, em meio às plantações criações de animais, em meio às criações de animais vemos pessoas circulando. Isso nos demonstra que o território camponês se expressa na coexistência de diversas formas de vida, enquanto que o território do agronegócio se limita apenas ao espalhamento de mercadorias, sempre únicas e homogêneas na paisagem.

1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO NORDESTE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CENÁRIO ATUAL

Partindo para um enfoque mais regional, passamos a tratar do Nordeste, que novamente, não diferente do restante do país, tem seus pequenos produtores à mercê dos grandes latifundiários, caracterizando a velha e ao mesmo tempo atual formação agrária brasileira dominada pelos grandes produtores. Tal desigualdade se expressa fortemente na luta desigual pela sobrevivência, onde de um lado temos os grandes produtores com vastas terras voltadas

para a monocultura de exportação, e de um outro lado, temos os pequenos produtores com ou sem acesso à terra, à mercê dos grandes latifundiários e das decisões governamentais. Essas decisões, por sua vez, sempre tendem a favorecer o sistema capitalista de produção.

De acordo com Andrade (1997) nos anos de 1950, os trabalhadores rurais Nordestinos se viram em uma situação de extrema expropriação, visto que o preço do açúcar no mercado internacional havia subido muito, e associado ao aumento na demanda interna do produto, provocou uma retomada dos proprietários das terras arrendadas com a intenção de produzir mais cana-de-açúcar e aumentar assim os seus lucros. Esse cenário acarretou inúmeros problemas enfrentados na região e no país como um todo. Ainda segundo Andrade (1997) os pequenos produtores se viam em duas situações: de um lado eles tinham a perda dos meios de produção que lhes asseguravam sua sobrevivência e de outro lado a sua completa transformação em um trabalhador assalariado temporário sem qualquer expectativa de melhora. Na mesma perspectiva, "os processos de luta no campo ocorreram pelas mudanças nas relações de produção e de trabalho, acarretando a expulsão de moradores, foreiros, arrendatários e posseiros das terras em que moravam e cultivavam" (Andrade 1997, p. 110). Desse modo, tivemos aí o estopim das lutas no campo, sendo assim o pontapé inicial para o início do que viria a ser um período conturbado de luta pela terra no Nordeste. Ainda nesse âmbito, Andrade nos expõe que:

> É desta época a criação das Ligas Camponesas em Pernambuco – que se expandiram por toda a região, caracterizando-se pela luta de foreiros contra o aumento do "foro" e a expulsão da terra em que trabalhavam – e dos sindicatos rurais, surgidos, basicamente, no início dos anos 60. (1997, p.110)

Ainda na mesma corrente de pensamento, Andrade continua:

> Também foi no final deste período que a ação sindical entrou em crise, em face não só dos problemas econômicos que atingiram os diferentes setores no país e na região, mas também da aceleração das transformações nas relações de trabalho e de produção na região, gerando altos índices de desemprego, uma intensificação no processo de expulsão dos trabalhadores das áreas rurais e a generalização da prática de contratação de trabalhadores temporários, bem como um crescimento na concentração fundiária, com a eliminação de várias unidades de pequena produção. (1997, p.110)

Com isso, podemos notar que esse período foi marcado por intensos conflitos e tensões. Podemos entender que todos esses fatores estão interligados, pois com o aumento da concentração fundiária temos mais uma vez uma ameaça às pequenas propriedades, visto que as mesmas não conseguem condições iguais de investimento para competirem com os grandes produtores. Desse modo, cresce o número de pessoas desempregadas no campo, consequentemente o aumento da disponibilidade de mão de obra. Assim, os grandes

latifundiários têm em suas mãos uma multidão de trabalhadores aceitando qualquer que seja o trabalho e o pagamento que lhes oferecerem. Recorrente dessa mão de obra abundante, temos um aumento nos contratos temporários, visto que os latifundiários, têm a seu favor, o discurso de que se o trabalhador não quer o emprego temporário, tem outras centenas de milhares querendo.

As Ligas Camponesas, segundo o site Memórias da Ditadura, se iniciaram a partir do final dos anos de 1940, motivadas pelo PCB (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO). Indo diretamente contra os latifundiários e tendo como pano de fundo uma discussão ainda maior e mais ampla, a reforma agrária. Eles carregavam o lema "Reforma agrária na lei ou na marra". As ligas tinham como principal motivação as relações agrárias vigentes no país naquele período, visto que, não tínhamos nenhuma definição no que se diz respeito a direitos entre as partes camponesas e latifundiárias. Segundo Andrade:

> O desenvolvimento das Ligas ocorreu num período em que se discutiam os principais problemas da região, tendo como marco o Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em 1955, que reuniu políticos, industriais, intelectuais, etc. Neste encontro, procurou-se analisar a região não apenas através dos problemas causados pelas secas, mas também sob a ótica das suas questões político-sociais, em que a estrutura concentradora de riquezas era um dos marcos fundamentais. (1997, p.111)

Nisso, já vemos que as Ligas Camponesas não estavam com seu foco totalmente direcionado para as questões agrícolas, pelo contrário, eles tinham seu foco nas questões agrárias, que segundo Graziano são:

> Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária esta ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas produção: como se produz, de que forma se produz. (1980, p.6)

A partir desta conceitualização, podemos entender que o foco das ligas estava muito mais direcionado para como se estava produzindo, e não o que ou onde se produzia.

Após criadas, as ligas camponesas passaram por diversas situações na qual buscavam melhorias no sistema agrário brasileiro e nordestino, no entanto, após muitos anos de lutas, as Ligas começaram a enfraquecer. A crescente onda de violência sofrida pelas ligas e por seus líderes também foi determinante para o enfraquecimento das mesmas. Um dos principais casos foi o assassinato de João Pedro Teixeira, que era líder da Liga de Sapé na Paraíba e foi morto em uma emboscada planejada pelos latifundiários. A partir dessa onda de ataques sofridos pelas

ligas, as mesmas se viram na necessidade de intensificarem seus modos de agir, como no explica Ribeiro:

> As Ligas Camponesas, em meados de 1961, assumiam de forma efetiva uma postura mais radical no que diz respeito a questão e a sua percepção quanto a situação agrária no país. Esta escalada de radicalização política e ideológica das Ligas causou um isolamento a elas, uma resistência ainda maior no movimento, e posteriormente o seu enfraquecimento, que ia de encontro aos interesses tanto da esquerda como da direita. (2022, p.206)

Nesse âmbito, tivemos um enfraquecimento ainda maior das Ligas, visto que ao exercerem uma postura mais agressiva elas receberam como resposta uma postura ainda mais agressiva por parte de vários setores, sobretudo dos grandes latifundiários. As ligas, enfraquecidas devido a intensa represália sofrida por parte de diversos grupos, viram no golpe militar de 1964 seu fim definitivo (Ribeiro, 2022).

Mais adiante tivemos o III Congresso Nacional De Trabalhadores Rurais, que segundo Andrade:

> a Contag buscou encontrar formas legais de garantir aos trabalhadores rurais o direito de greve como forma de pressionar o patronato por melhores salários e condições de trabalho. Das discussões aí efetuadas, foram lançadas as bases que culminariam com a grande greve dos 120 mil canavieiros em Pernambuco em 1979, que se constituiu em um marco na retomada da ação sindical no campo, no país. (1997, p.114)

Desse modo a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) trouxe aos trabalhadores rurais uma arma contra o patronato, sendo ela as greves, que viriam a ser, talvez, a maior arma da classe trabalhista contra a opressão burguesa. Ainda sobre esse movimento, Andrade nos mostra que:

> ele ocorreu num período em que mais de 68 movimentos do gênero aconteceram no país, em diversos ramos de atividade, de janeiro a outubro de 1979, coincidindo com um momento em que o processo de redemocratização do país proporciona a volta do exílio de expressivo número de militantes de esquerda, graças às pressões populares que culminaram com a anistia. (1997, p.115)

A partir daí, vemos que o ano de 1979 foi um ano extremamente importante para a classe trabalhista e principalmente a classe trabalhista militante de esquerda. Contudo, nem todos os trabalhadores rurais tiveram o mesmo apoio por parte dos sindicatos. Sobre a falha no apoio dos trabalhadores por parte dos sindicatos, Andrade nos conta que:

> É importante ressaltar, entretanto, que, pelo menos em alguns dos estados nordestinos, os pequenos produtores não tiveram dos sindicatos a atenção necessária quanto à exigência de uma política agrícola que os favorecesse. Isso acarretou um crescente processo de empobrecimento que os levou a utilizarem estratégias, inclusive, fora da agricultura, como a migração e a proletarização permanente ou temporária de parte da família, para tentarem sobreviver e manter suas propriedades. (1997, p.115)

Percebemos, a partir daí, que por mais que os movimentos estejam acontecendo em todos os lugares e que os trabalhadores do campo estejam tendo seus direitos cumpridos, ainda sim temos os lugares em que as leis e os direitos não chegam, e se chegam, são alterados por terceiros que estão a favor de apenas uma parcela do campo brasileiro, a parcela burguesa.

Mesmo com a falta de apoio por parte dos sindicatos, as lutas pela terra não acabaram. Tivemos em 1985, no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária, que segundo Andrade:

> [...]no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília, em 1985. A questão agrária era o ponto central de discussão, bem como o eixo das divergências entre as correntes existentes no meio sindical. Aquele era o momento da transição para a Nova República e o governo aproveitou a realização do Congresso para lançar o I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA. (1997, p.117)

Tínhamos aí, uma busca pela democratização da terra, uma tentativa por parte do governo de alcançar uma redistribuição de terras satisfatória. Andrade ainda continua:

> Este plano, lançado naquele Congresso pelo próprio presidente da República, José Sarney, ressaltava a importância da aplicação do Estatuto da Terra, pois ele significava "respeitar o homem do campo e assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome". Sarney destacava ainda que "o Programa de Reforma Agrária do governo não é contra a propriedade, mas um meio de democratizá la, tornando-a acessível a milhões de brasileiros...é uma busca de solução sem traumas". (1997, p.117)

A partir daí, vemos que o plano de reforma agrária vinha com o objetivo de garantir a democratização da terra. A fala do então presidente José Sarney nos revela o caráter humanitário que a reforma agrária carrega consigo. Temos na redistribuição de terras, uma maneira de assegurar que as pessoas que sofrem por causa de uma má formação agrária, possam garantir a reprodução econômica e social de suas famílias.

Tanto os movimentos de reforma agrária quanto os outros movimentos que vinham acontecendo na década de 1980 a favor do homem do campo negavam a proletarização do mesmo e sempre ressaltaram a situação de excluídos que o homem do campo tinha em relação aos grandes latifundiários. A partir daí, tivemos um aumento de prestígio do MST em virtude de uma série de ocupações bem sucedidas, que de acordo com Andrade:

> Foi neste quadro que o MST passou a atuar no Nordeste a partir de 1989. Em toda a região, do Maranhão à Bahia, verificavam-se manifestações de protesto, reprimidas com muita violência pelos proprietários de terra, quase sempre com a ajuda de jagunços e até da Polícia Militar, contra a precária situação de vida a que estavam submetidos os trabalhadores assalariados permanentes, os temporários, os pequenos produtores com terra própria, os arrendatários e os posseiros. (1997, p.117)

Toda essa represália que vinha acontecendo contra os movimentos sociais a favor do homem do campo, só nos mostra o poder desses movimentos, e a intimidação que eles causam nos proprietários de terras.

Dentre as tantas precariedades enfrentadas historicamente pelos pequenos produtores rurais no Nordeste, temos a escassez d'água que pode ser a pior delas. Sobre as questões políticas em torno da seca do Nordeste e o camponês, Andrade relata:

> o cercamento das terras das grandes propriedades, dificultando-lhes, muitas vezes, o acesso à água – e que foi amplamente patrocinado pelo Estado nos períodos de seca, através dos planos de emergência –, o esgotamento do solo em suas propriedades, por falta de assistência técnica e pela precariedade do acesso ao crédito, a desapropriação de suas terras nas áreas de construção de barragens no Rio São Francisco, com indenizações que não correspondiam às benfeitorias realizadas. (1997, p.115)

Em vista disso, entendemos que os programas de irrigação não beneficiaram ao longo da história os pequenos produtores, pelo contrário, tem favorecido apenas os grandes produtores. Desse modo, ao terem suas terras desapropriadas devido às inundações causadas pelas grandes barragens, os pequenos produtores se veem em situação de total desamparo, tendo que aceitar as indenizações que não correspondem com o que está sendo perdido. Ainda nessa perspectiva, os grandes produtores implantaram grandes projetos agrícolas, nesse mesmo sentido, os grandes produtores contratam a mão de obra necessária apenas quando precisam dela, causando assim uma incerteza no trabalhador de continuar trabalhando ou não. A partir daí, problemas contínuos que vinham acontecendo no cenário agrário não só nordestino, mas como também, em todo o território brasileiro, acabaram por acarretar ocupações de terras em todas as partes.

Temos na década de 80 uma renovação dos sindicatos, como Andrade nos conta:

> O início da década de 80 trouxe à ação sindical na região e em todo o país um prestígio relevante, graças, principalmente, ao sucesso alcançado em Pernambuco em 1979. Com aquela greve, posta em prática a partir de dois sindicatos, voltava à cena a capacidade dos trabalhadores da cana de Pernambuco de novamente se colocarem em desacordo com os usineiros e fornecedores de cana. (1997, p.115)

Podemos entender com isso, que a década de 80 trouxe um fôlego a mais aos sindicatos, visto que em 1979 tivemos a greve que mobilizou 120 mil canavieiros. Segundo Andrade (1997), as campanhas salariais anuais passaram a ser o grande momento de congregação do trabalhador assalariado nordestino, particularmente o da cana-de-açúcar, mobilizando diferentes setores da sociedade. A partir daí, vemos que os trabalhadores voltavam a lutar pelos seus direitos, no entanto, essas lutas, muitas vezes eram apenas pelo cumprimento de leis, e não pela atualização delas. Tendo isso em vista, Andrade completa:

> É o que define muito do sentido das lutas dos assalariados rurais, que acabou se transformando numa luta pelo respeito à lei, pela legalidade, e não pela transformação da legalidade. Esse é o caso extremo para os quais já existem as condições de um direito objetivo e assegurado no papel, mas não na prática. (1997, p.116)

Diante disso, vemos que a nossa sociedade é organizada em camadas, e por mais que uma lei seja proposta de maneira igualitária no papel, ela pode chegar extremamente distorcida ou nem mesmo chegar onde precisam dela. Utilizando-se de uma analogia, é como se a lei fosse um pedaço de bolo, e ao passar por pessoas com mais influência, cada uma vai tirando um pedaço, até que o bolo acabe antes mesmo de chegar em quem realmente está com fome. Com isso, o problema não está nas leis, mas sim no cumprimento delas. Os sindicatos, por sua vez, conseguiram alguns avanços no cumprimento das leis em diversos lugares do Brasil, como nos diz Andrade:

> Onde isso foi conseguido, através do trabalho sindical, como no Nordeste, e em algumas áreas de São Paulo e do Paraná, os trabalhadores conseguiram implantar a convenção coletiva de trabalho e dar um caráter contratual às suas relações com os fazendeiros. (1997, p.116)

Diante do exposto, vemos que os sindicatos conseguiram acabar com um problema que a muito já vinha dificultando a vida dos trabalhadores, que eram os contratos temporários, agora, os trabalhadores tinham a certeza da garantia de suas fontes de renda, e se porventura viessem a perder o emprego, por haver um contrato formal, o estado lhes garantia direitos e benefícios que lhes dariam apoio nesse momento. Andrade ainda cita como algumas das principais conquistas trabalhistas da época:

> [...] um piso salarial diferenciado para a categoria dos canavieiros e o estabelecimento da campanha salarial unificada no Nordeste, a partir de 1986, o que representava a mobilização de mais de um milhão de trabalhadores da cana em época de campanha salarial. Também foram conquistados a manutenção de uma tabela de tarefas, o pagamento de horas extras, a presença de delegados sindicais nas propriedades e a extensão da Previdência Social ao campo. (1997, p.116)

Vemos, a partir daí, que foram muitas as conquistas alcançadas pelos sindicatos no campo, sendo elas muito importantes, como a extensão da previdência social no campo, visto que ao ficarem sem condições de trabalhar, devido a idade, os trabalhadores do campo se viam sem nenhuma fonte de renda para se sustentar, fato esse que mudou com a chegada da previdência social.

Sabendo que o problema da nossa sociedade é estrutural, é sensato afirmar que para resolvermos os problemas que rodeiam o campesinato, devemos voltar as ações para o sistema que promove esses problemas, nesse sentido Andrade pontua que:

> [...]as organizações sindicais passaram, também nesta década, a enfrentar sérios problemas, que residiam, basicamente, no fato de que estas organizações demonstravam condições de lutar contra os níveis de exploração a que eram submetidos os trabalhadores, mas não contra a estrutura que determinava esta exploração. (1997, p.116)

Com isso, podemos refletir que os sindicatos estavam apenas agindo nas consequências, e não nas reais causas delas. É sabido que o papel dos sindicatos é sim de extrema importância, pois, sem eles e sem as tantas outras organizações que sempre lutaram pelos direitos do homem do campo, nós não teríamos os direitos que temos hoje e estaríamos, talvez, vivendo em um sistema de extrema exploração por parte da burguesia dominante. Contudo, é importante ressaltar que o sistema em que vivemos, o próprio modo capitalista de produção, é o causador direto dos inúmeros problemas enfrentados pelos camponeses e pequenos produtores. Na realidade, o cenário desigual de concentração fundiária e exploração do homem do campo observado no campo nordestino e brasileiro é estrutural, como já foi pontuado.

Ainda sobre os conflitos ocorridos no Nordeste, Andrade pontua:

> [...]na década de 90, a área canavieira do Nordeste começou a promover ocupações, sendo algumas delas orientadas pelos sindicatos. Em 1995, por exemplo, das 57 ocupações de propriedades ocorridas no Nordeste, 20 foram em Pernambuco e a maioria nas áreas de plantação da cana-de-açúcar. Saliente-se que uma das grandes ocupações daquele ano se deu na região do São Francisco e seus integrantes eram, basicamente, antigos assalariados rurais. (1997, p.117)

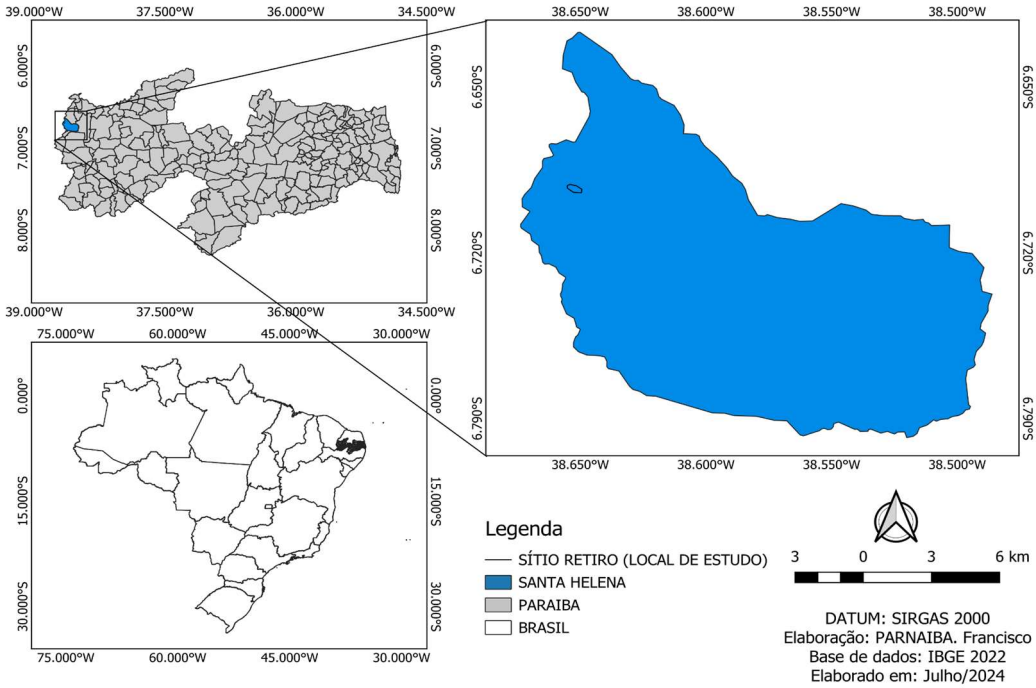
Novamente voltamos a ver a participação ativa dos sindicatos, dessa vez, em ocupações de terras. Essas ocupações, em sua maioria, ocorriam em terras de grandes extensões de plantações de cana-de-açúcar. Vemos que os integrantes das ocupações, eram basicamente, antigos assalariados rurais, ou seja, ainda ocorriam os problemas de contratos para com os trabalhadores rurais da época. Isso também nos mostra que não é a conquista de apenas alguns

direitos que irão garantir, para os trabalhadores do campo, o sustento e com isso sua sobrevivência. Temos que nos atentar, que para o pequeno agricultor camponês, os direitos não são suficientes. Por mais que tenham sido conquistados direitos trabalhistas para o homem do campo, se ele não tiver suas terras para garantir a sua subsistência e da sua família, nada está feito.

Para refletirmos analiticamente sobre essas questões históricas e as consequências desse processo para o campesinato hoje no Nordeste, temos como objeto de pesquisa a comunidade rural Sítio Retiro dos Parnaibas.

Como dito anteriormente, a comunidade do sítio Retiro dos Parnaibas fica localizado a quilômetros da cidade de Santa Helena, que por sua vez conta com uma população de cerca de 5.865 habitantes e com uma área territorial de 211,143 km² segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2022. Já o referido sítio tem um total de 40 (quarenta) imóveis residenciais. O "Sítio Retiro dos Parnaibas", segundo os moradores mais antigos da comunidade, carrega esse nome devido ao seu fundador, Vicente Ferreira Parnaiba, que por sua vez, construiu a Igreja da comunidade, chamada de Igreja São Vicente de Paulo, a mesma está funcionando até os dias de hoje. Vicente também construiu a escola da comunidade, que hoje não está mais funcionando, no entanto, ela levava o nome de Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Vicente Ferreira Parnaiba, que por sua vez foi responsável pela alfabetização de muitas gerações da comunidade. A seguir temos o mapa de localização do local de estudo:

Mapa 1 - Mapa de localização do Sítio Retiro dos Parnaibas em Santa Helena - PB.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo relatos dos moradores mais antigos, podemos dizer que toda a cultura de agricultura familiar presente no Sítio Retiro advém das práticas agrícolas trazidas por Vicente Ferreira Parnaiba. A agricultura familiar que aqui se faz presente, está muito enraizada na herança histórica do local, principalmente quando se trata dos moradores mais experientes e dos seus filhos.

Nessa perspectiva, se faz necessário um estudo mais aprofundado de todos esses acontecimentos que giram em torno da agricultura familiar, do campesinato e do agronegócio, e por fim, analisando-as com um olhar para o sítio em questão. Sendo assim, o presente trabalho irá tratar de analisar a dinâmica territorial da agricultura familiar do Sítio Retiro, buscando entender seu processo histórico, compreender o grau de importância e de significado que a agricultura familiar tem para essa comunidade, e consequentemente, iremos analisar as técnicas agrícolas que sustentam essa agricultura.

2. A AGRICULTURA NO SÍTIO RETIRO: RECUPERAÇÃO HISTÓRICA E CENÁRIO ATUAL - OLHARES SOBRE AS FORMAS DE VIDA E REPRODUÇÃO CAMPONESA

A agricultura familiar que hoje temos presente no Sítio Retiro dos Parnaibas, data de muito antes do surgimento das ferramentas mais modernas, portanto, fruto da resistência e da autonomia camponesa. Entretanto, assim como todas as formas de vida camponesas no Brasil, acaba por sofrer com as consequências do processo de generalização progressiva do capital no campo (Oliveira, 2007), que ameaça constantemente a forma de vida camponesa, eliminando essa forma de vida, e/ou, integrando-os aos mercados agroindustriais, que segundo Carvalho:

> A denominada 'revolução verde burguesa', iniciada durante a década de 70 do século passado, mas que havia sido preparada pelo Governo Federal do Brasil desde meados da década de 60, e que continua até hoje em dia sob outras designações, foi implantada a partir das iniciativas do Estado Ditatorial Militarista (1964-1984), promotor de programas, normas, leis e da propaganda relacionada com a modernização e o desenvolvimento do campo, iniciativas essas que traziam explícitas no seu âmago os interesses da expansão mundial da acumulação capitalista, já nos moldes oligopolistas e dependentes a partir principalmente dos capitais norteamericanos, europeus e japoneses, e que consolidaram a subordinação da reprodução da agricultura aos interesses do capitalismo industrial e bancário. (2009, p.2)

Nessa perspectiva, entendemos então que a introdução do capital no campo foi o pontapé inicial para as alterações mais agressivas ocorridas no campo brasileiro. Segundo Elias:

> A partir da década de 1980, a reestruturação produtiva da agropecuária intensificou-se, mas privilegiou áreas, produtos segmentos sociais. Isto acarretou profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor agropecuário; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização. (2006, p.2)

É certo que essa reestruturação da agropecuária causou inúmeros impactos em diversos segmentos da sociedade como um todo, no entanto, esses impactos foram muito mais prejudiciais para os pequenos agricultores familiares do que para os latifundiários, visto que, a introdução do capital no campo, que foi quem possibilitou toda essa reestruturação, foi feita de cima para baixo. Essa distribuição desigual de capital no campo beneficiou, inicialmente, as grandes empresas do agronegócio, pois assim, garantia-se uma hierarquia que viria a ser de extrema importância para a soberania dos latifundiários em detrimento dos camponeses.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Carvalho nos expõe que:

> A própria concepção instituída pelos programas governamentais destinados a promoverem a agricultura familiar tem como pressuposto a necessidade objetiva desses produtores rurais familiares se inserirem nos mercados da cadeia produtiva alimentar após adotarem o modelo tecnológico induzido de cima para baixo pelas empresas do agronegócio. Isso significa que haverá 'naturalmente' uma seletividade desses produtores rurais familiares nesse processo competitivo capitalista, onde os mais aptos permanecerão com os seus negócios devido a uma suposta capacidade de competirem nos mercados controlados pelos oligopólios das empresas transnacionais. Como alternativa para os demais produtores rurais familiares está a possibilidade de se integrarem ao agronegócio ou, então, deverão ceder (perder) as suas terras para as empresas capitalistas e se proletarizarem. (2009, p.12)

Em concordância com essa mesma perspectiva, podemos dizer que essa enorme distância entre agronegócio e campesinato foi meticulosamente planejada pelas próprias empresas do agronegócio, visando assim, o desenvolvimento de uma hierarquia que obriga o camponês a vender suas terras e se integrar aos grandes conglomerados industriais do agronegócio, no entanto, essa integração, na melhor das hipóteses, acontece quando o camponês consegue se proletarizar, caso contrário, ele se juntaria a grande massa de trabalhadores desempregados a disposição das grandes empresas.

Partindo desse pressuposto, iremos realizar um levantamento histórico das formas de vida e de reprodução camponesa que os primeiros moradores da comunidade do Sítio Retiro dos Parnaibas, sendo eles Vicente Ferreira Parnaiba e sua família, realizavam. Nisso, poderemos comparar e identificar, na comunidade em questão, quais foram os segmentos que mais sofreram alterações e as causas dessas alterações. Desse modo, será possível pensarmos nas formas mais eficientes de preservação da vida camponesa reproduzida no Sítio Retiro dos Parnaibas.

2.1 DE CAMPESINATO A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA VERDADEIRA FORMA DE VIDA E DE REPRODUÇÃO CAMPONESA

De acordo com as pessoas mais velhas do sítio, o fundador desta comunidade foi Vicente Ferreira Parnaíba, que chegou às dependências do Sítio Retiro ainda na década de 1920, quando toda a região era coberta pela mata nativa, a Caatinga, que é um bioma exclusivamente brasileiro, e somente é encontrado na região Nordeste do país, tendo uma biodiversidade muito bem adaptada a altas temperaturas e a longos períodos de estiagem. Na área só havia uma casa, que era a de seu sogro.

Ainda segundo os entrevistados, o sítio foi se expandindo para outras terras, para além das terras do sogro de Vicente Ferreira Parnaiba. Segundo eles, essas terras eram de propriedade

das freiras (terras que não tinham delimitações e não eram cercadas, logo, incultas). Segundo os moradores mais velhos, quando as terras não tinham donos, ou seja, eram propriedade das freiras, as pessoas tinham o direito de cercar uma parte dessas terras. Após cercadas, as terras passariam a ser suas por uso, logo, você teria que pagar uma taxa simbólica anualmente para as freiras, após um certo tempo, você teria o direito de comprá-las, também por um valor relativamente baixo, conseguindo assim a escritura da terra tornando-a sua. Vale ressaltar que os entrevistados não tinham informações mais concretas a respeito desse assunto, visto que são acontecimentos que ocorreram muito antes deles nascerem.

O entrevistado ainda relata que, após um tempo de sua chegada, Vicente ganhou a posse das terras que eram de seu sogro, já que eram direito de sua esposa, Josefa Quaresma Parnaiba. Posteriormente, ele comprou o direito à posse das terras dos rendeiros vizinhos. A partir daí, o sítio já estaria começando a ganhar "forma". Após Vicente adquirir as terras que hoje compõem o Sítio Retiro dos Parnaíba, ele as dividiu entre seus filhos, que posteriormente seriam divididas novamente, dessa vez, para os netos de Vicente. Desse modo, adentramos no que viria a ser o Sítio Retiro, já com suas terras delimitadas, sendo esse, o principal recurso para garantir a subsistência de seus moradores.

Após esse momento inicial, na qual as terras do Sítio foram adquiridas e divididas, começou-se a cultura da agricultura propriamente dita, agora mais forte e realmente pertencente ao Sítio Retiro. De acordo com os moradores da comunidade, mesmo que a agricultura já fizesse parte da vida de Vicente Ferreira Parnaíba e sua família, não se era possível plantar de tudo, já que o acesso as cementes era muito difícil. De acordo com um de seus filhos, entrevistados durante essa pesquisa, o mesmo afirma: "pai veio plantar arroz depois de muito tempo, ninguém sabia nem oque era arroz. Um 'caba' deu um quilo de arroz ou foi dois, arrumou não sei onde, ai pai plantou no açude, chamava-se arroz cana roxa." Ele ainda completa: "O povo começou a dizer 'seu Vicente arrumou uma semente de arroz', ninguém tinha arroz. Aí começaram a plantar".

É importante pontuar que tudo era compartilhado, visto que a cultura do arroz, a partir dali, começou a se espalhar pelos sítios vizinhos, visto que as sementes das plantações eram divididas entre os amigos e comunidades vizinhas. Isso já nos mostra o caráter familiar e cooperativista que aquelas pessoas empregavam em sua agricultura, tendo sempre o costume de compartilhar a produção e dividir as sementes e as colheitas. De acordo com Shanin:

> A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para

> o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem à crises. (2008, p. 25-26)

A partir da fala de Shanin, podemos observar que o objetivo de acumulação, presente no modo de produção capitalista, não estava presente no modo de vida dos moradores da comunidade. Visto que os primeiros moradores da comunidade compartilhavam as sementes das colheitas, podemos considerar que os mesmos não tinham ambição de controlar um monopólio de qualquer que fosse a cultura produzida. Também podemos observar que o cooperativismo, característica fundamental do campesinato, estava presente no dia-a-dia da comunidade, se expressando nas mais diversas formas de ajuda mútua, como é o caso do compartilhamento das sementes.

Sobre a maneira como os primeiros moradores da comunidade produziam, um dos entrevistados nos conta: "No tempo que nós produzíamos de verdade, era um tempo que não tinha capinadeira, não tinha cavalo, tudo era na broca, o milho era pra guardar em silo pra comer um ano para frente." Podemos notar nessas poucas palavras, que a agricultura daquela época apresentava um importante papel na vida dos que a praticavam, tendo em vista que mesmo sem as máquinas mais modernas para facilitarem o trabalho, eles não paravam de produzir. É importante destacar a forma de trabalhar na terra e com a terra :daquelas pessoas, tendo em vista o fato de todo o processo, desde o preparo da terra até o momento da colheita, ser feito apenas com trabalho braçal, se fazendo valer apenas de ferramentas básicas, como a enxada, o machado e a alavanca, tendo o máximo de contato com a terra e sem a utilização de nenhum agrotóxico. Isso nos leva a uma discussão atual sobre a agroecologia e a sua importância na retomada desse tipo de prática para a resistência camponesa. Segundo Altieri a agroecologia significa:

> [...] uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (2008, p.23)

Nesse sentido, podemos afirmar o caráter camponês que aquelas pessoas carregavam consigo, visto que os moradores daquela época eram donos de suas terras, tinham em suas produções o total contato com ela, retirando tudo o que lhes era necessário sem gerar grandes perdas ao meio ambiente, e por fim, não utilizavam qualquer que fossem os vínculos empregatícios em suas unidades rurais. Sobre as famílias camponesas, segundo Carvalho, (2009, p.18) "Entende-se por camponesas aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos

recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural --- extrativista, agrícola e não-agrícola" (apud Costa, 2000, p.116).

Segundo os moradores mais velhos da comunidade atualmente (que são os filhos de Vicente Ferreira Parnaiba) o trabalho realizado por eles, por volta dos anos de 1940, era todo realizado de forma coletiva. Em entrevista, um deles comentou: "Pai tinha a roça dele, nós tinha cada um a sua. Nós éramos 7 homens, nós trabalhava trocando dias, ninguém tinha dinheiro pra pagar trabalhador. Eram 7 homens, cada dia todos trabalhavam na roça de um" e completa rindo "[...]não tinha mato que aguentasse". Essa fala nos demonstra que esses moradores tinham um sistema agrícola totalmente funcional e independente, já que o próprio trabalho era realizado em conjunto com as pessoas da família, sem a reprodução de formas de trabalho remunerado. Sem contar, na clara satisfação que essas pessoas tinham em trabalhar no campo, a liberdade e sensação de estarem produzindo para o próprio consumo eram facilmente percebidas em suas falas e expressões.

De acordo com as entrevistas realizadas com os filhos de Vicente, tudo era feito de maneira braçal, as plantações eram feitas sem a utilização das máquinas mais modernas, sendo o processo feito da seguinte maneira: primeiro se fazia a *broca*, que consistia na retirada da mata nativa (caatinga) utilizando ferramentas como machados e foices, logo após isso, eles juntavam todas as árvores que foram derrubadas em montes chamados de *coivaras*, retirando apenas as estacas (madeiras de qualidade retiradas das árvores da caatinga, geralmente a jurema) que fossem servir para fazer outras coisas, como currais, chiqueiros e cercas. Logo em seguida era feito o "*aceiro*", que consiste na limpeza de uma pequena faixa de terra que circula todas as coivaras, para que o fogo não se espalhe. Em seguida era ateado fogo nas coivaras, sobrando apenas os *"tocos*", como são chamados os troncos das árvores que foram derrubadas. A seguir, temos a imagem de uma *broca* já queimada. A imagem é atual, no entanto, as brocas feitas hoje em dia seguem o mesmo padrão de quando eram feitas pelos filhos de Vicente Ferreira Parnaiba.

Imagem 1 - Broca

Fonte: Acervo do autor. (2024)

Segundo relatos dos entrevistados, após a *broca* feita, a roça estava pronta para receber a plantação, que por sua vez, era feita utilizando apenas a enxada, que era utilizada para cavar as covas onde as sementes iriam ser depositadas, como é o caso das típicas plantações de milho, feijão e algodão que eram plantados juntos. De acordo com um dos entrevistados: "[...] era melhor fazer a *broca*, por fazendo ela, a roça já ficava pronta pra receber a plantação". Desse modo, o conhecimento empírico se fazia extremamente necessário, visto que com ele, os moradores da comunidade sabiam exatamente como proceder com a plantação. O policultivo, utilizado pelos filhos de Vicente Ferreira Parnaíba, possibilitava o crescimento normal do milho, bem como o crescimento do feijão em ramas, fazendo com que o mesmo subisse nos pés de milho, facilitando sua colheita. Por fim, o algodão, que era conhecido como o *garrote* do pobre, era plantado entre as carreiras de milho. É interessante notarmos que até na maneira como eles distribuíam as sementes no terreno existia uma técnica específica para que seu trabalho nas colheitas fosse facilitado. Vale pontuar que a colheita também era feita sem a utilização de máquinas. O milho, o feijão, o algodão bem como as demais plantações eram totalmente colhidas com as mãos. Segundo um dos entrevistados: [...] era melhor plantar assim

porque facilitava o trabalho, né? Os pés de milho ficavam altos, dava pra colher bem sossegado, o feijão era do mesmo jeito, subia nos pés de milho e quando fosse pra colher não doía as costas".

Na perspectiva de uma agricultura familiar auto suficiente, os moradores mais velhos da comunidade nos relataram que toda a alimentação era retirada da roça. Segundo os mesmos, ainda que naquela época já existisse arroz nos pequenos mercados e esse arroz não fosse tão caro como é hoje, eles preferiam plantar. De acordo com as entrevistas, os moradores mais velhos nos relataram que o arroz plantado era melhor do que o comprado, visto que segundo eles, os gastos com o plantio eram quase nulos. De acordo com um dos entrevistados: " nós tinha a terra e tinha as sementes que nós tiramos das roças. Quando batia as chuvas, nos plantava de tudo. Plantava milho, feijão, arroz, algodão, jerimum e mandioca. Os açudes eram tudo cheio, ai nós plantava cana-de-açúcar no *pé do açude*. Quando tirava a cana nós fazia moagem para fazer mel, rapadura e alfenim. A seguir, temos uma imagem do Açude Velho, que foi construído por Vicente Ferreira Parnaíba e seus filhos. O açude foi construído entre os anos de 1948 e 1950. A imagem é atual, pois não existem imagens do açude na época em que ele foi construído.

Imagem 2 - Açude Velho.

Fonte: Acervo do autor. (2024)

Ainda sobre o Açude Velho, segundo um dos entrevistados: “Pai tomou um boi manso emprestado de um amigo dele. Ai junto com nós, e usando um couro de boi pra carregar areia, eles fizeram o açude. Toda a terra do *bardo* do açude foi carregada usando esse boi e esse couro de boi”. O entrevistado ainda completa: “O trabalho foi muito penoso, mas quando o açude ficou pronto que bateu chuva e encheu ele, todo mundo tinha água boa pra fazer tudo, plantar, matar a sede dos bichos, lavar roupa, fazer de tudo”. São esses relatos que nos fazem perceber o quanto o camponês é versátil na solução de seus problemas, como é o caso da falta de água, por exemplo. Segundo Shanin (2008) “Essa é a maneira de o camponês resolver o seu problema. Porque os camponeses não são passivos, eles são ativos na defesa de seus interesses e eles sabem qual é a solução a tomar.”

Naquele tempo, segundo os relatos dos entrevistados, outro motivo que lhes faziam optar por tirar a sua subsistência da terra, era o fato de que não existia vantagem em plantar para vender e depois comprar as coisas que eles mesmos poderiam produzir em suas propriedades com muito mais qualidade, como nos conta um os moradores mais velhos: “porque não tinha emprego, a gente criava um gado, plantava uma roça e ia viver só vendendo para comprar as coisas?! Não tem vantagem num negócio desses não.” A única cultura que se destinava para a venda era o algodão, que segundo eles, era uma produção totalmente destinada à venda, e aí sim, com esse dinheiro era comprado o que não produziam.

Os primeiros agricultores do sítio tinham em sua cultura, um forte orgulho de produzirem para o próprio consumo, visto que, mesmo os alimentos daquela época não tendo preços tão caros como hoje, mesmo com todas as dificuldades que eles tinham que enfrentar para produzir naquela época, eles não negavam a sua origem camponesa, não ideologicamente, mas, em sua própria prática, no fato de produzirem em conjunto com a família e para a família, a fim de garantirem a sua reprodução social.

Sobre a maneira como eles guardavam as plantações, um dos entrevistados nos conta: “antigamente mesmo, nós fazia era o ‘paiol’ das espigas, nós encaixava elas dentro de casa ou em um armazém, encaixava até na telha”. O mesmo valia para outros tipos de plantação, como era o caso do feijão, que se guardava em garrafas pet e faziam o mesmo paiol, no entanto com as garrafas de feijão. Esse paiol consistia no empilhamento da plantação encostada na parede, seja dentro de um cômodo da casa ou então em um armazém. O entrevistado ainda nos conta que essa maneira de estocar a colheita era eficiente, pois, além de protegê-la contra a ação de agentes externos como o sol, também impedia a proliferação de alguns parasitas nocivos à colheita.

Segundo os moradores mais velhos, tudo o que se comia era proveniente da roça, como um deles relata: "[...] tudo que nós comia era plantado e criado, era difícil você ir comprar um pedaço de carne na cidade, tinha porco, criação de ovelha, bode, gado, galinha, capote, tinha tudo! Só o que se comprava era por exemplo um remédio, coisas que não tinha como fazer na roça". É de fácil percepção que os moradores daquela época tinham uma prática social totalmente autônoma, de modo que produziam quase que absolutamente tudo o que consumiam, realizando assim uma prática social totalmente autônoma, que por sua vez, negava em sua própria práxis, o modo capitalista de produção. Nessa perspectiva, Carvalho salienta que:

> E, nessa perspectiva, o campesinato, como sujeito da produção no campo que tem acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, poderá, sem expropriar diretamente o trabalho assalariado, conjugar uma práxis de negação da empresa capitalista com a afirmação de outras formas de produzir, de cooperar e de se relacionar com a sociedade e a natureza. (2009, p.13)

Em concordância com a afirmação de Carvalho, a partir do momento em que aquelas pessoas conseguiam viver e garantir a reprodução social das suas famílias, apenas com o que elas produziam em suas roças, elas acabavam por apresentar uma prática social e uma maneira de produzir, cooperar e se relacionar com a sociedade e a natureza, que negava na sua própria práxis o modo capitalista de produção. Devemos salientar que essa prática social não era apenas ideológica, pois aquelas pessoas realmente produziam dessa maneira, logo, elas estavam provando na prática que existiam outras maneiras de produzir, de cooperar e de se relacionar com a sociedade e a natureza.

Desse modo, os agricultores familiares do Sítio Retiro constituíam um grupo de pessoas que de modo totalmente camponês e autônomo, garantiam a reprodução social de suas famílias apenas com o trabalho na terra, sem se amarrarem a programas governamentais de financiamento, de crédito bancário ou qualquer outro subsídio do Estado.

Segundo os moradores mais velhos, a agricultura do sítio começou a mudar a partir de meados de 1970, quando houve uma diminuição nas variedades que eram produzidas. A priori, todos os moradores do sítio plantavam todas as culturas, mas com o passar dos tempos isso foi mudando até que chegasse ao cenário onde cada agricultor cultiva suas próprias culturas, alguns com uma maior variedade, outros com uma menor variedade. Podemos relacionar esse cenário local com a escala nacional que por sua vez vivia um processo que Elias (2006) chamou de reestruturação produtiva da agropecuária.

A princípio, essa reestruturação produtiva da agropecuária teve seu início por volta de 1950, como nos revela Elias:

> O primeiro seria o da mudança da base técnica, a partir da década de 1950, com o emprego de uma gama de insumos artificiais, em detrimento dos naturais, com a difusão de inovações químicas (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos etc.) e mecânicas (tratores, arados, colheitadeiras etc.). Nesse primeiro momento da reestruturação produtiva da agropecuária, os insumos eram na sua grande maioria importados, uma vez que o Brasil não fabricava tais produtos. (2006, p.4)

Desse modo, entendemos que nesse período a reestruturação produtiva da agropecuária estava dando seus primeiros passos, modernizando a maneira de produzir propriamente dita.

Segundo Elias (2006) após esse primeiro momento, tivemos na década de 1960 um aumento nos interesses, por parte das grandes corporações, de se apropriarem do processo de produção agropecuária brasileira. O processo de industrialização da agricultura estava começando, nisso, as grandes corporações estavam se apropriando desses meios de produção, controlando assim todo o monopólio de insumos modernos, máquinas, fertilizantes, etc.

Por fim, segundo Elias (2006) "Na década de 1970, difunde-se, em grande escala, a biotecnologia, uma das mais revolucionárias e controvertidas tecnologias já desenvolvidas pelo homem". Nessa perspectiva, Elias completa:

> a biotecnologia não representa uma simples inovação, mas sim um novo paradigma para a própria existência da humanidade. Com a biotecnologia acirra-se a utilização da ciência para a acumulação ampliada em vários setores econômicos (farmacêutico, químico, agroindustrial etc.), inclusive na agropecuária, e completam-se as bases da chamada revolução verde, fundamentada na utilização e difusão internacional de um conjunto de práticas tecnológicas de pesquisa e produção agropecuárias, vendidas ideologicamente como a resolução do problema da fome no mundo. (2006, p.4)

Como podemos ver, a revolução verde se sustentou nesses três momentos. O primeiro em 1950 com as mudanças nas bases técnicas, o segundo em 1960 com a apropriação, por parte das grandes corporações, dos meios de produção de insumos, máquinas, fertilizantes, etc. e o terceiro momento em 1970, que foi a difusão em grande escala da biotecnologia.

Todo esse processo trouxe consigo o crédito rural subsidiado, sendo ele, um benefício que também foi distribuído de cima para baixo, pois como afirma Carvalho (2009):

> O crédito rural caracterizou-se, neste período (1966 a 1982), pelo aumento de 500% nos volumes de crédito com taxas de juros negativas em relação à inflação. O objetivo dessa política foi implantar a modernização agrícola conservadora no Brasil, financiando tratores, colheitadeiras, adubos, venenos e sementes híbridas. Porém, não foram os agricultores familiares que acessaram o crédito nesse período. Em 1980, por exemplo, 69% do crédito foi destinado para a Agroindústria e Comércio, 23,2% para as Grandes Cooperativas e 7,8% para os agricultores. Estes agricultores eram os latifundiários e as grandes propriedades capitalistas. (2009, p.3)

Entendemos que esse não foi um processo homogêneo, como nos alerta Elias (2006), mas é possível relacionar os impactos de todo esse processo com as alterações sofridas na agricultura do Sítio Retiro a partir de meados de 1970, onde segundo relatos dos entrevistados durante essa pesquisa, o policultivo foi diminuindo, o que foi dando lugar a pequenos monocultivos comercializáveis como é o caso do milho, que geralmente é plantado em maior quantidade para que seja possível a venda do seu excedente.

2.2 CENÁRIO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SÍTIO RETIRO

A revolução verde, sendo esta burguesa, teve um papel importantíssimo na consolidação de um espaço agrário cheio de contradições e desigualdades, ampliando a subalternização dos camponeses ao Capital. Desse modo, iremos adentrar na análise do cenário atual da agricultura familiar no Sítio Retiro, a fim de localizarmos e entendermos quais foram os efeitos que essa revolução verde, bem como a reestruturação produtiva do capital para a industrialização do campo, trouxeram à comunidade.

Os impactos do processo de generalização progressiva do capital no campo (Oliveira, 2007) são visíveis nos dias atuais, na comunidade do Sítio Retiro. Como por exemplo, na própria forma que a agricultura é praticada pelos agricultores, a redução do número de pessoas que plantam e a redução das propriedades. Detalharemos esses aspectos no decorrer desse trabalho.

No cenário atual da comunidade, os netos de Vicente Ferreira Parnaíba, bem como suas famílias, são os protagonistas do atual cenário agrário do Sítio Retiro. De acordo com as entrevistas, todas essas famílias que atualmente praticam a agricultura familiar possuem as suas próprias terras, tendo assim, como já foi mencionado, o principal recurso para garantirem sua subsistência, sem que seja necessário a utilização de sistemas de arrendamento de terras. Atualmente, temos na comunidade, como já foi mencionado, 15 famílias que possuem a agricultura familiar como um de seus principais meios de subsistência.

Durante o estudo de campo, foi possível observar que as famílias que estão produzindo atualmente no sítio, ainda continuam com esse caráter camponês e familiar, tendo em vista que todas possuem suas terras, bem como o trabalho realizado nessas terras é de caráter familiar.

Temos na comunidade, propriedades rurais que variam entre 2 e 50 tarefas de terra. Segundo Mendes e Vizolli (2016) uma tarefa de terra equivale a 4.365 m².

Essa disparidade nos tamanhos das propriedades está ligada ao fato de que após a década de 1980, segundo relatos dos entrevistados, muitos moradores da comunidade tiveram que

vender parte de suas terras. Eles relatam que tiveram que vender parte de suas terras muitas vezes contra as suas vontades, ora por estarem com dívidas a serem pagas, ou em outros casos, sendo esse a maioria deles, para poderem investir em algum segmento da própria agricultura, como a compra de gado, por exemplo.

Para a análise das técnicas agrícolas que são utilizadas na comunidade, iremos começar pontuando o fato de que dois sistemas muito importantes que eram utilizados antigamente na agricultura da comunidade, ainda são utilizados nos dias de hoje. Primeiramente temos a broca, que como já foi mencionado, consiste na retirada da mata nativa, fazendo em seguida as coivaras e queimando-as. Em segundo lugar, acontecendo na maioria das vezes, temos a plantação nas capoeiras, como são chamadas as roças que já passaram pelo processo de broca em anos anteriores. Isso já nos demonstra que os agricultores do Sítio Retiro ainda possuem heranças muito acentuadas no modo de produzir que era utilizado nos tempos passados. Desse modo, podemos considerar que mesmo com as investidas do capital no campo, ainda temos uma resistência por parte dos moradores do sítio em produzirem nos moldes que seus antepassados outrora produziram.

No caso das plantações que acontecem nas capoeiras, temos hoje alguns avanços tecnológicos que já chegaram ao sítio, sendo eles a utilização de tratores, por exemplo. Nesse sentido, segundo um dos moradores, a terra da seguinte forma: "[...] primeiro nós manda passar um trator para *cortar* a terra, muitas vezes é a prefeitura que manda os tratores e outras vezes é nós que pagamos o tratorista. Depois que a terra já ta *cortada*, nós vamos plantar, aí nós plantamos usando uma corda né?! Essa corda é a *corrente*, que nós chama. Nós usamos a corda pra plantar a roça toda igualzinha, uma carreira do lado da outra, reta. Aí nós planta usando a máquina, ne?! O nome da máquina é "Perna de Grilo". Por último, quando a roça já tá dando no joelho, a altura, nós fazemos a limpa da roça."

Com isso, podemos considerar que o modo como as plantações são feitas na comunidade mudou muito nos últimos anos. No entanto, essa mecanização da agricultura não é determinante para fazer com que as pessoas deixem de ser camponesas, pelo contrário, a mecanização do trabalho pode ser até vantajosa no que diz respeito a penosidade do trabalho na terra, que de acordo com Shanin (2009, p.39) "Mas, as dificuldades da vida agrícola têm mudado por causa da mecanização. Agora, o trabalho de muitos camponeses é fundamentalmente mecanizado. Então, a necessidade de realizar um esforço grande é menor." Nesse sentido, levando em consideração que falar de campesinato é falar de toda uma organização cultural e um modo de vida, podemos considerar que não é a mecanização do campo que vai fazer as pessoas deixarem de ser camponesas.

O que realmente está acontecendo no Brasil como um todo é uma alteração na maneira de se produzir, sendo ela vantajosa para os produtores que acessaram esse crédito rural logo no começo de sua distribuição. Sendo essas pessoas os grandes proprietários de terras, e desvantajosa para os pequenos agricultores familiares, pelo fato de terem acessado o crédito rural já nas suas fases finais de distribuição, quando todo um mercado agrícola já estava consolidado. Isso se dá pela maneira como essa mecanização foi feita, que como já comentamos, ela aconteceu de cima para baixo, causando uma desigualdade social em todos os segmentos do campo brasileiro. Essa desigualdade foi orquestrada pelas relações orgânicas que estão à frente das questões burocráticas que decidem a maneira como o crédito rural é distribuído no campo.

Um dos exemplos da inserção de equipamentos mais modernos na atual agricultura da comunidade é a limpeza da roça, que geralmente é feita com a utilização de um equipamento chamado capinadeira, sendo ele utilizado para retirar as vegetações rasteiras que crescem entre a plantação e que podem ser nocivas a ela. A capinadeira consiste em um equipamento de ferro que ao ser puxado por um cavalo nos espaços que ficam entre as linhas da plantação, revira a terra matando a vegetação indesejada. Em alguns casos essa limpeza é feita com a utilização da enxada, sendo esse um processo mais braçal. No entanto, a enxada é utilizada geralmente quando restam algumas vegetações após a capinadeira ser passada. Um método de limpeza que é muito menos utilizado é a pulverização da roça, na qual se é administrado um veneno que mata as vegetações indesejadas. Esse último é menos utilizado, pois segundo os moradores da comunidade, ele é nocivo tanto para a plantação quanto para o solo. Os moradores relatam que a pulverização só se faz necessária em última instância, quando a vegetação nociva a plantação já está desenvolvida de modo que dificulte a utilização da capinadeira, bem como a utilização da enxada.

Ainda sobre a limpeza da roça, os moradores relatam que mesmo os que não possuem uma capinadeira, ou qualquer que seja o equipamento, fazem a utilização dos mesmos. Isso se dá devido ao fato de que as ferramentas são compartilhadas.

Ao falarmos de técnicas agrícolas, falamos também da maneira como essas pessoas estabelecem suas relações de trabalho, que por sua vez, seguem um modelo que existe desde a criação do sítio. Tal modo de trabalho se caracteriza pela troca de dias de serviço, sem a utilização de vínculos empregatícios. Essa prática consiste, segundo os moradores da comunidade, no ato de o trabalho ser pago com trabalho, como nos diz um dos entrevistados: “eu trabalhei de favor os sete dias da semana para sete pessoas diferentes aqui do sítio, aí na hora de plantar a minha roça, no final de semana, eu chamei todos eles pra ajudar na minha

roça, e assim vai dando certo, não precisa de gastar dinheiro não". Desse modo, temos aí a concretização de que as técnicas agrícolas e as relações comunitárias utilizadas outrora pelos moradores mais antigos da comunidade ainda continuam sendo utilizadas pelos atuais agricultores do sítio.

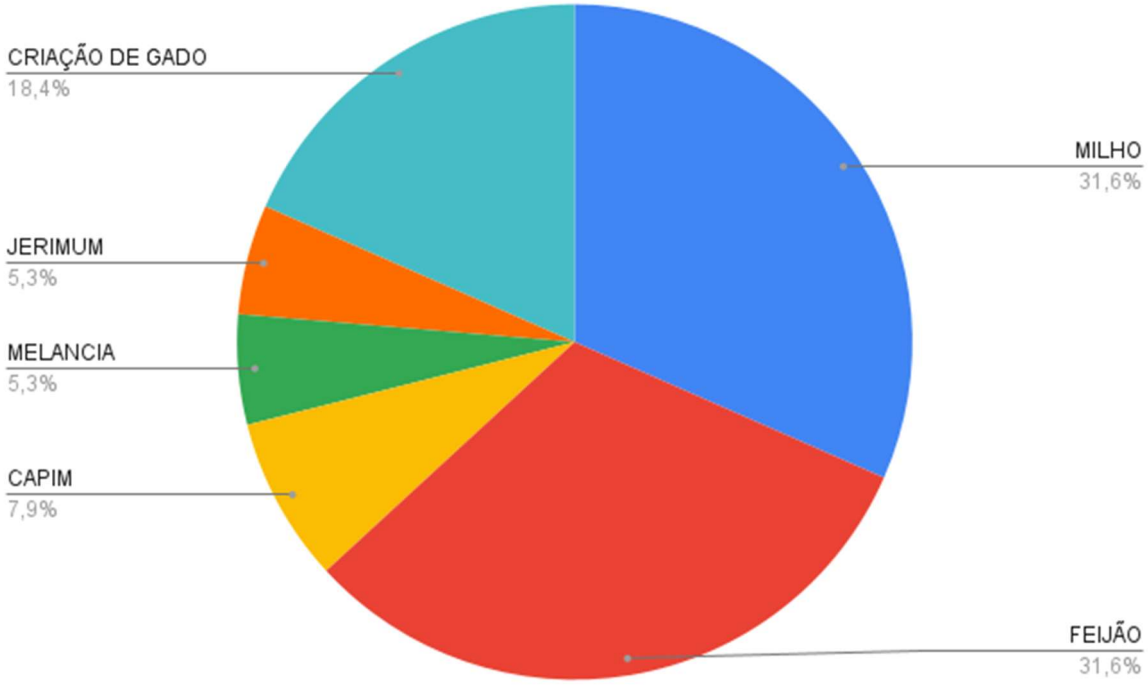
Com isso, percebemos que a agricultura do Sítio Retiro teve sim um certo avanço tecnológico, no entanto, esse avanço também tem seu caráter positivo, visto que se mantém de forma predominante na comunidade a produção camponesa familiar bem como a afirmação de uma autonomia, que é percebida na maneira como os agricultores do sítio produzem, como é o caso das trocas de dias de serviço, por exemplo. Nesse mesmo sentido, Carvalho explica que:

> Essa melhoria da produtividade da unidade de produção camponesa pode se concretizar ao adotarem tecnologias social e ecologicamente apropriadas, a motomecanização pertinente ao campesinato, o beneficiamento de produtos e subprodutos de consentâneos com a sua concepção de mundo camponesa e uma gestão dos processos de trabalho que afirmem a sua autonomia. E, ademais, pela práxis social camponesa, oferecer à sociedade brasileira novas formas de produzir no campo que neguem a racionalidade (do lucro) das empresas do agronegócio. (2009, p.20)

Dessa maneira, podemos observar que a motomecanização ocorrida no sítio, em alguns casos se deteve apenas a aprimorar a produção, tendo em vista que as principais relações de trabalho continuam, da mesma forma que eram quando o sítio foi fundado.

No entanto, nem tudo são flores é importante pontuarmos que mesmo a agricultura familiar do Sítio Retiro mantendo muitos dos costumes que se tinham antigamente, já temos hoje alguns reflexos negativos que vieram com a introdução do capital no campo. Nesse sentido, podemos citar a diminuição da variedade de culturas que estão sendo produzidas hoje na comunidade, como podemos observar no gráfico abaixo:

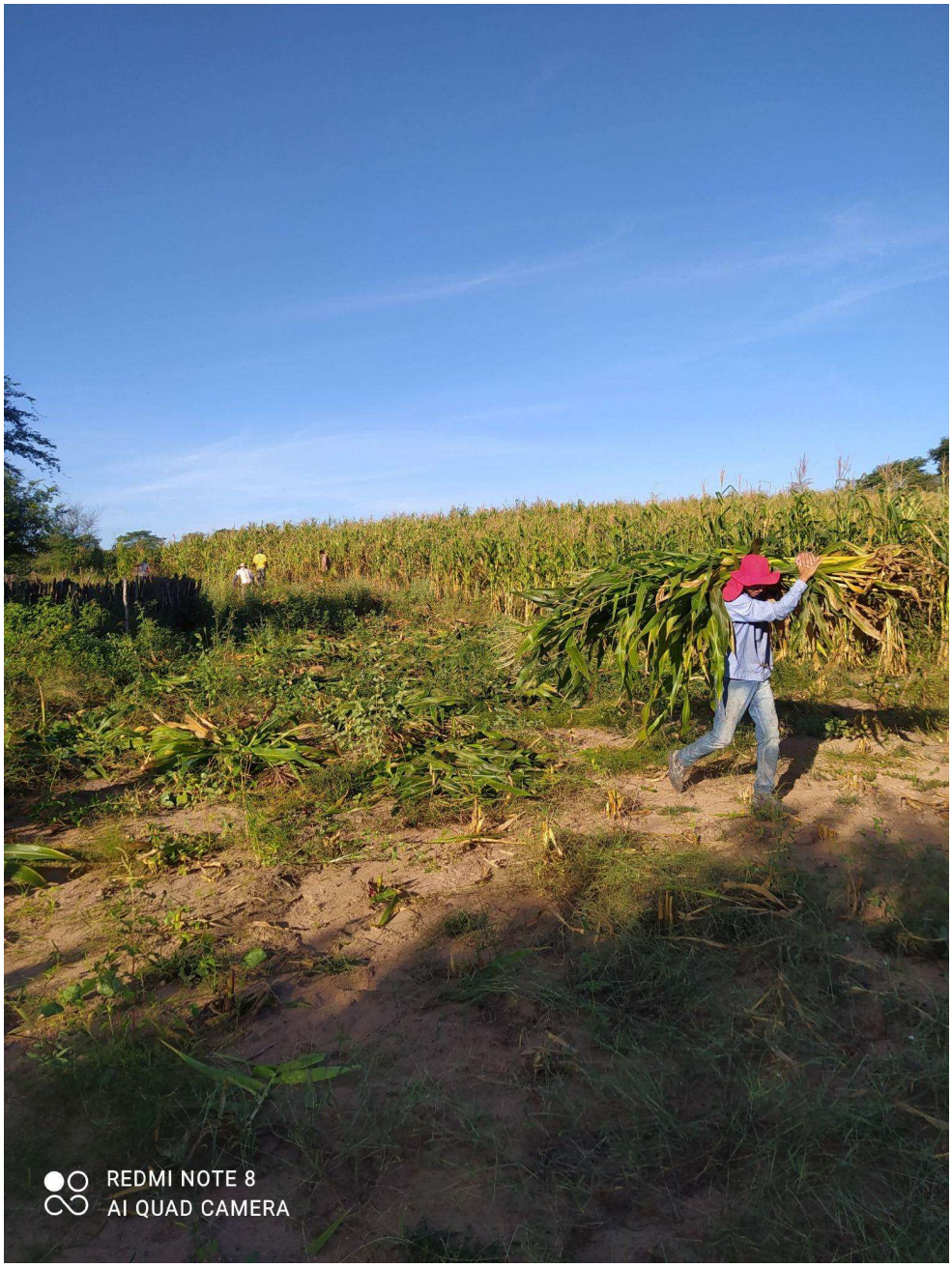
Gráfico 1 - Espécies produzidas na comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor. (2024)

Com base na análise do gráfico, podemos observar que as culturas que permaneceram com mais intensidade foram as de milho, feijão e criação de gado, que aparecem sendo produzidas em maior quantidade na comunidade. Isso se dá pelo fato de que as plantações de milho e feijão nunca deixaram de ser produzidas pela comunidade. Segundo os moradores da comunidade, pelo fato de o feijão ser um dos alimentos principais da alimentação brasileira, ele acaba por ser uma cultura indispensável para todos da comunidade, sendo assim plantado todos os anos. No caso do milho, os moradores da comunidade o veem como sendo a principal fonte de ração para o gado, já que com o milho é produzida a silagem, ração feita a partir do seu processamento, como vemos na imagem a seguir:

Imagem 3 - Corte do milho.



Fonte: Acervo do autor. (2024)

Na imagem acima, vemos como ocorre o processo do corte do milho, na qual enquanto alguns trabalhadores cortam os pés de milho e os amontoam no chão, outros trabalhadores vão pegando esse milho e juntando em uma pilha só, para que seja possível a realização do próximo processo, como podemos ver na seguinte imagem:

Imagem 4 - Processo de silagem do milho.

Fonte: Acervo do autor. (2024)

Temos como a segunda parte, a silagem do milho, na qual ocorre o processamento do milho propriamente dito. Nesse processo, de acordo com as entrevistas realizadas, o dono da roça de milho contrata um tratorista que tenha a forrageira em seu trator (máquina utilizada para processar o milho) para que esse milho que foi cortado e empilhado possa ser processado. De acordo com um dos entrevistados, o processo de silagem ocorre da seguinte maneira: "[...] de um lado fica uns 'caba' pondo o milho na *boca* da forrageira, aí o milho vai triturando e caindo já dentro do silo, que é o buraco que nós cava e forra com uma lona pro milho não entrar em contato com a terra, se não ele mofa, aí não presta." O entrevistado completa: "[...] eu ficava dentro do silo pisando o milho com os pés e ajeitando com a enxada pra o milho ficar bem arrochado. Depois o 'caba' cobre com a lona e depois cobre com a terra."

Após esse processo, o entrevistado nos conta que o silo ficará fechado até que chegue a época de estiagem, na qual ele será aberto para servir de ração para os animais. O entrevistado ainda nos conta o porquê de o silo ficar fechado esse tempo todo: "[...] o silo é coberto assim, porque ele estando coberto não entra ar pra dentro, aí a ração não estraga e quando o silo é aberto, a ração está cozida, por que ali dentro esquenta muito, aí os bichos comem até com mais

gosto.” A seguir podemos ver uma imagem retirada de um silo já aberto e que pertence a um dos entrevistados:

Imagem 5 - Silo de milho.

Fonte: Acervo do autor. (2024)

Ainda sobre o milho, tem-se todos os anos uma cultura muito forte do consumo do milho e seus derivados em toda a região, sendo eles a pamonha, a canjica, o bolo de milho, o milho cozido, assado, entre outros alimentos provenientes desse cereal. Quando falamos de outras culturas como o jerimum, melancia, capim e outros, esses têm uma menor incidência de produção anual, no entanto, são produzidos apenas em menor quantidade, pois, os mesmos

ainda continuam sendo produzidos pelos agricultores da comunidade, que por sua vez, sempre separam um espaço na roça para fazerem seu plantio.

No caso da criação de gado, esses são criados por boa parte dos moradores da comunidade, no entanto, de acordo com as entrevistas realizadas, a criação de gado aumentou muito após o aparecimento do crédito rural destinado à criação bovina. Segundo os moradores que fazem a utilização desse crédito rural, eles pegam o empréstimo, empréstimo esse que é feito sob a condição de que ele deve ser destinado a criação de gado, e o investem na compra de gado e de ração para o mesmo. Ao chegar a época de pagar o empréstimo, eles vendem parte do gado que foi comprado para pagar o empréstimo e ficam com o restante do gado, isto é, considerando que se tenham atingido algum lucro, pois sem atingir o lucro desejado, pode ser necessário efetuar a venda de toda a criação.

Tendo em vista o fato de que os empréstimos são feitos exclusivamente para financiar a produção rural, podemos concluir que os produtores são obrigados a produzirem um excedente para poderem pagar esse empréstimo, desse modo, podemos identificar o caráter predatório desses empréstimos, que tem em seu âmago, a intenção de introduzirem os pequenos produtores rurais ao mercado de forma precária, como nos conta Carvalho (2009, p.4): “As propostas governamentais de modernização e de desenvolvimento rurais, desde meados da década de 60 do século passado, omitiam que as suas políticas públicas e os seus programas de ação estavam voltados para os interesses de reprodução ampliada do capital”.

A partir disso, entendemos que a atual agricultura do Sítio Retiro já foi, de certa forma, influenciada pela ideologia disseminada pelos programas de crédito rural, que de acordo com Carvalho:

> Sob a tese de que "só o crédito salva" os produtores rurais familiares em situação de baixa renda familiar relativa deixaram de considerar outras hipóteses teórico-práticas passiveis de serem implantadas, como a da autonomia camponesa e a do enfrentamento político e econômico do modelo tecnológico que se impunha ao se acessar o crédito rural subsidiado sob controle governamental. (2009, p.4)

Temos então, com a intensificação dos programas de crédito rural, uma forte investida predatória na direção do pequeno produtor rural, que acaba, na maioria dos casos, realizando esses empréstimos e se introduzindo, de certa forma, em mercados. Essa introdução tem como objetivo, a venda do excedente da produção, para que assim consigam pagar o empréstimo. Essa introdução, como observada nas pesquisas de campo, acaba na maioria dos casos por só

favorecer um determinado grupo celeto de pessoas, sendo elas, os produtores mais ricos, que de acordo com os moradores da comunidade, compram esse excedente a um preço abaixo do esperado. Para o próprio agricultor que fez a utilização do crédito, os lucros não são tão significativos se comparados com os lucros alcançados pelos donos das grandes propriedades rurais. Isso se dá, na maioria dos casos, pelo fato de que esse crédito rural, como já foi discutido anteriormente, ter sido introduzido de cima para baixo, causando assim uma falsa "predisposição" por parte de alguns produtores de conseguirem se manter no mercado agroindustrial.

No entanto, não é nossa intenção atacar os agricultores que porventura venham a utilizar os créditos rurais, pelo contrário, a nossa intenção é sublinhar o fato de que mesmo com as intensas investidas do capital, que tem apenas a intenção de perpetuar a sua reprodução ampliada, o pequeno produtor rural familiar, acaba por sempre se desdobrar das mais diversas formas para que o mesmo possa continuar vivendo e produzindo enquanto camponês, como é de fato, uma das características do camponês, que de acordo com Shanin:

> Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. (2009, p.25)

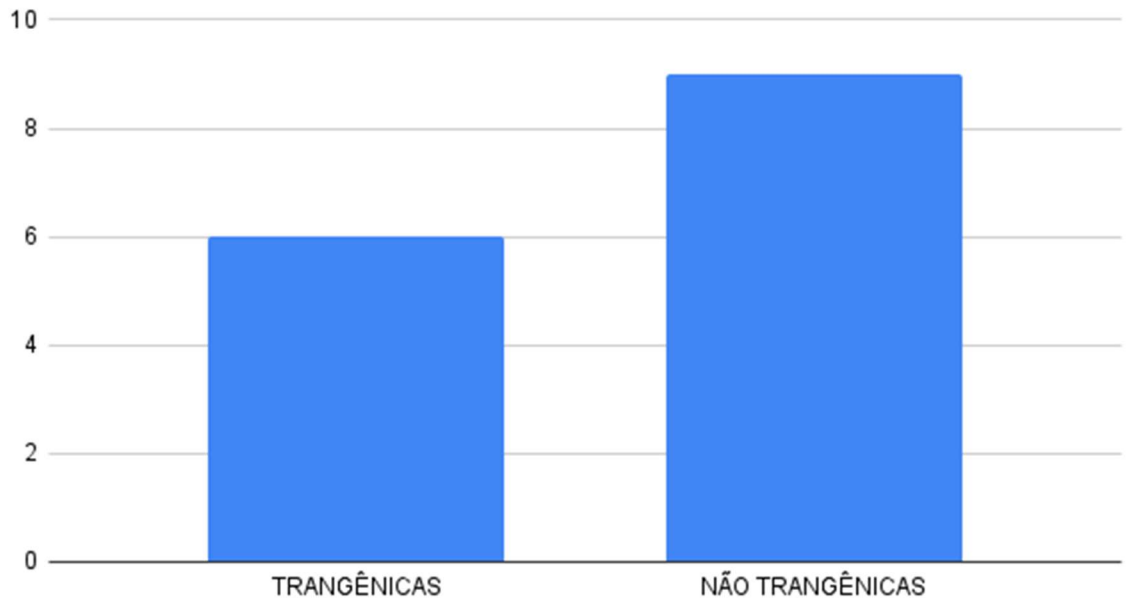
Desse modo, essas pessoas conseguem se desdobrar para assim se manterem enquanto camponeses e viverem na roça e da roça. Podemos considerar que suas formas de resistir enquanto camponeses se expressam de diversas maneiras, uma delas é a negação perante as sementes transgênicas. Essa negação faz com que os agricultores da comunidade mantenham uma autonomia perante o modelo industrial de agricultura, na qual se predomina o aumento na produtividade e lucros. Podemos considerar, que quando o agricultor faz a utilização de sementes transgênicas, ele está se autossabotando, visto que as sementes transgênicas são inférteis, como nos alerta Elias:

> Desse modo, as sementes, de patrimônio da humanidade, se transformaram em mercadoria, pois são patenteáveis como outra mercadoria qualquer, tornando-se exclusividade de poucas empresas, seja quanto a sua produção, seja quanto a sua comercialização. Isto aumenta ainda mais a dependência dos produtores agrícolas, que, além de ter de recorrer anualmente ao mercado extremamente oligopolizado para a aquisição desse insumo imprescindível à agricultura, já que as sementes transgênicas são estéreis, têm agora de pagar royalties pela utilização destas. (2006, p.7)

Nesse sentido, é certo que o patenteamento das sementes, faz com que os produtores que as utilizam, tornem-se prisioneiros desse sistema, já que ao fazerem a utilização das sementes transgênicas, eles precisam recorrer a sua compra anualmente, pois, as sementes retiradas da própria colheita não irão servir para serem replantadas.

Essa resistência perante as sementes transgênicas é uma forte característica da comunidade estudada, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Tipos de sementes utilizadas pela comunidade



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor (2024)

A partir da análise do gráfico, podemos observar que a utilização das sementes não transgênicas na comunidade é muito maior do que a das sementes transgênicas. Ainda nessa perspectiva, podemos pontuar que, segundo as entrevistas realizadas, às pessoas que utilizam as sementes transgênicas também fazem a utilização das sementes não transgênicas, como podemos ver na fala de um dos entrevistados: “[...] eu até plantei uma roça com um milho que era transgênico, mas não deu futuro não, quando foi no outro ano eu não podia plantar mais. A sorte foi que como aqui o povo todo planta com semente normal, ai eu tinha onde arranjar.” Isso já nos mostra a autonomia que essas pessoas possuem em sua agricultura, visto que, segundo os moradores da comunidade, todas as plantações são feitas com a utilização de sementes não transgênicas. Vale lembrar, que como foi mencionado anteriormente, mesmo que

alguns agricultores da comunidade façam a utilização de sementes transgênicas, eles ainda mantêm seu estoque de sementes não transgênicas, para que assim, eles não percam sua autonomia, e não acabem como prisioneiros do mercado agroindustrial.

Nas imagens a seguir, podemos observar um estoque de sementes não transgênicas de milho e feijão, que por sua vez, pertencem a um dos entrevistados. Segundo o entrevistado em questão, são sementes retiradas das próprias plantações e estocadas ano após ano. O mesmo ainda relata que essas sementes vêm sendo guardadas e preservadas desde os primeiros agricultores da comunidade:

Imagem 6 - Estoque de sementes (milho).

Fonte: Acervo do autor. (2024)

Imagem 7 - Estoque de sementes (feijão).

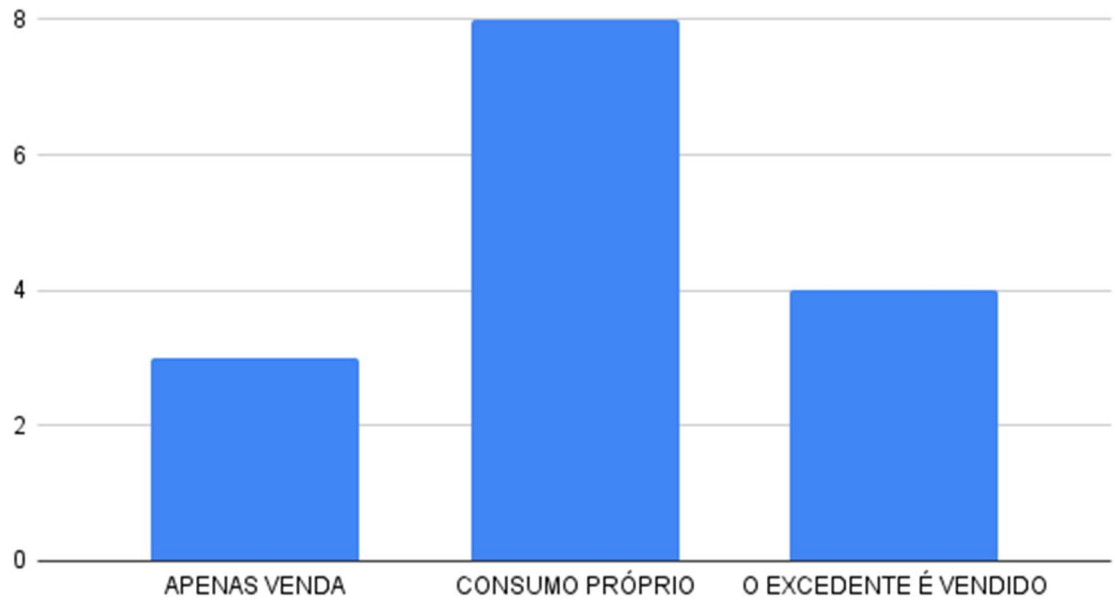
Fonte: Acervo do autor. (2024)

O estoque de sementes é visto pelos moradores da comunidade como uma maneira de preservar as culturas que são produzidas na comunidade, bem como uma alternativa para que os mesmos não precisem recorrer ao mercado de sementes transgênicas ano após ano, como nos conta um dos entrevistados: “[...] eu até planto umas roças com milho desses comprados, mas eu nunca deixo de guardar minhas sementes normais. Desse jeito, sempre que eu quiser plantar eu vou ter, é melhor do que ter que comprar as sementes todos os anos.”

Nesse sentido, podemos considerar que mesmo estando inseridos em um sistema econômico capitalista, os produtores familiares do Sítio Retiro, apresentam uma autonomia relativa perante as investidas do capital, visto que, a partir das relações interpessoais de trabalho e produção aqui realizadas, eles conseguem garantir a sobrevivência e reprodução social continuada de suas famílias sem que seja necessário a completa adesão ao modo de produção dominante do campo, que de acordo com Carvalho (2009, p.12) “Nessa perspectiva, é minha sugestão que o campesinato, ainda que permeado por diversas contradições internas, ao se afirmar como camponês nega o capitalismo, mesmo que imerso nele. Daí a sua "autonomia relativa".

Ao falarmos de produção, falamos também do destino que essas produções tomam, e para tanto, observemos o gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Destino das produções da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor (2024)

De acordo com o gráfico, podemos observar que a produção em sua grande maioria, é destinada ao consumo da família. Nesse sentido, vemos que os agricultores do Sítio Retiro ainda mantêm uma autonomia ao produzirem para o próprio consumo, já que boa parte dos moradores da comunidade, produzem apenas o que a família pode consumir, sem que nada seja destinado à venda. É importante pontuar que das 15 famílias entrevistadas, apenas 3 tinham sua produção totalmente destinada à venda. Essa autonomia, é passada de geração para geração, isso se dá

pelo fato de que na comunidade, ainda que com uma menor frequência do que antigamente, os moradores ainda mantêm o costume de levarem seus filhos para a roça, seja para ajudar no trabalho, para levar a merenda dos trabalhadores ou apenas como um lazer. Podemos considerar que esse costume é uma forte arma contra a ideologia dominante, tendo em vista que o fato de manterem uma tradição e passá-la de geração para geração, acaba por agregar um peso muito maior na maneira como essas pessoas produzem. Não é como se eles estivessem apenas passando um modo de produzir adiante, pelo contrário, eles estão preservando uma cultura e um modo de vida que resiste mesmo mediante o avanço do capitalismo no campo. Isso os mantém distantes da ideologia dominante de produção do campo hoje, como afirma Carvalho (2009)

> Ao se integrarem ao capital, desde o momento em que adotaram o modelo tecnológico dominante, foram perdendo gradativamente a capacidade de decidirem como grupo familiar sobre o que, como, onde, quanto, quando produzirem e qual parcela da produção deveria ser destinada para o autoconsumo familiar, e qual deveria ser colocada nos mercados seja como produtos 'in natura', seja como produtos beneficiados. (2009, p.4)

Temos na afirmação de Carvalho, um cenário que pode ser observado em diferentes lugares do Brasil e que é sim um problema muito preocupante, visto que boa parte dos produtores rurais familiares acabaram por realmente terem suas maneiras de produzir completamente dilaceradas pela ideologia dominante introduzida no campo. No entanto, devemos voltar nossas atenções para a resistência camponesa que está acontecendo tanto no Sítio Retiro como também em diversas pequenas comunidades rurais espalhadas no Brasil e no mundo.

Tal resistência se expressa em diversas parcelas da vida no campo, seja na maneira como essas pessoas produzem, seja pelo fato de produzirem para o próprio consumo familiar ou até mesmo por terem o costume de guardar as sementes da colheita para que possam ter, no ano seguinte, a garantia de uma nova colheita.

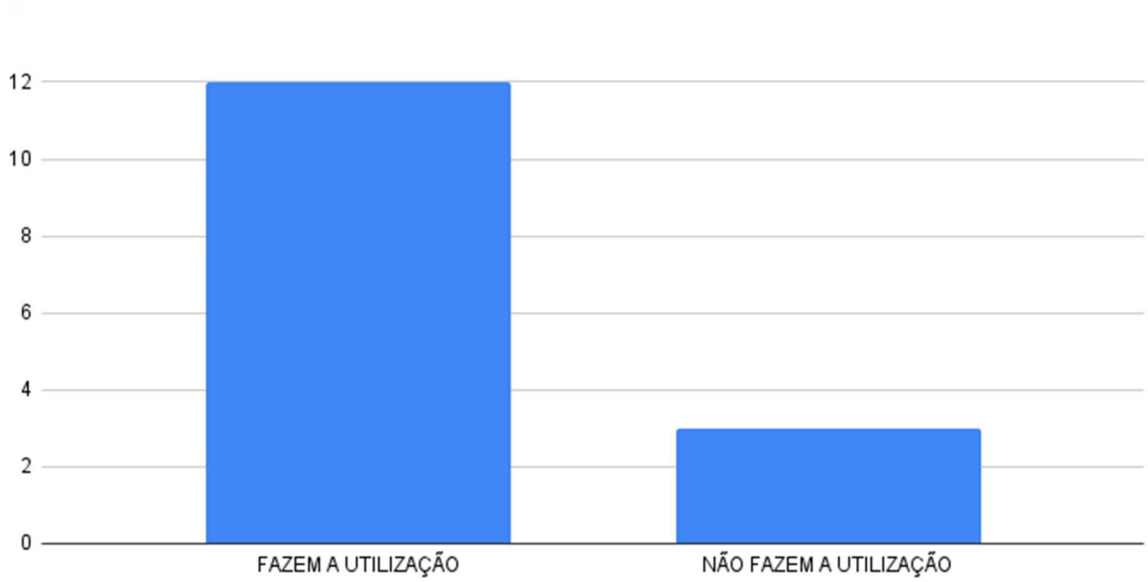
Ainda de acordo com o gráfico três, vemos que alguns produtores produzem exclusivamente para a venda, esses são os que trabalham com a agropecuária, sendo eles os criadores de gado da comunidade. Ao total, são três pessoas que trabalham exclusivamente com a criação de gado atualmente na comunidade, no entanto, é importante pontuar que de acordo com as entrevistas realizadas com esses moradores, eles veem essa agropecuária como sendo sua fonte de renda, mas, não como uma forma de acumularem capital e se tornarem pequenos capitalistas do campo, eles a veem como sendo uma maneira de trabalharem na terra e

continuarem vivendo no sítio, já que seus pais e avós também já foram moradores do sítio, e com isso, eles carregam tanto essa herança cultural de trabalharem na roça como também eles carregam essa herança afetiva de estarem na comunidade enquanto moradores e produtores da mesma. A criação de gado que atualmente é praticada na comunidade, é também um trabalho estritamente familiar, tendo em vista que todo o trabalho é realizado por membros da família e todo o lucro é voltado para sua subsistência e permanência no sítio.

No caso das produções em que o excedente é vendido, se encaixam as famílias que têm uma propriedade um pouco maior que as demais, e como o trabalho para plantar toda a roça é quase o mesmo que para plantar apenas uma parte, essas famílias acabam que por venderem o excedente que não podem consumir. Temos aí as grandes roças de milho, por exemplo, na qual o excedente da produção é vendido na própria comunidade, geralmente para os moradores que por ventura produziram menos milho, ou então para os moradores que apenas criam gado, sendo esse caso, o que acontece com mais frequência, na qual os criadores de gado compram o milho ou então a ração de silo feita a partir do milho. Desse modo, também podemos observar que a comunidade tem seu próprio comércio, comércio esse que é, de certa forma, autossuficiente, visto que os próprios moradores são seus agentes diretos enquanto vendedores e compradores, fazendo com que essa economia gire apenas dentro da própria comunidade.

Ainda que a comunidade carregue essa forte forma de vida camponesa que vem sendo passada de geração para geração desde os primeiros moradores da comunidade, temos que abrir os olhos também para o fato de que ela não ficou de fora da introdução dos créditos rurais. Muitos dos moradores que hoje produzem na comunidade fazem a utilização dos créditos rurais, como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Utilização dos créditos rurais:



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor (2024)

A primeira informação que podemos observar no gráfico é a de que a maioria dos moradores que atualmente estão produzindo na comunidade, fazem a utilização de créditos rurais. De acordo com a discussão que foi levantada, podemos considerar que esse é um dos principais motivos para o enfraquecimento da forma de vida camponesa da comunidade, como nos diz Carvalho:

> As mistificações que os programas de modernização e de desenvolvimento rural promoviam (e promovem), em particular quando afirmavam que a denominada "agricultura familiar" só se viabilizaria ao se integrar aos mercados, facilitaram que o crédito rural se transformasse numa ponte econômico-financeira onde de um lado estavam as indústrias produtoras de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, hormônios, herbicidas, medicamentos, desfolhantes, máquinas e implementos, etc.) e de outro lado as indústrias (agroindústrias) compradoras, beneficiadoras e ou industrializadoras dessas matérias-primas da agricultura (leite, aves, suínos, tabaco, soja, milho, etc.). No meio, unindo a oferta de insumos com a compra das matérias primas pelas empresas do agronegócio, estavam os produtores rurais orientados pelo modelo tecnológico disseminado de cima para baixo pelas empresas públicas e privadas de assistência técnica com o suporte técnico-científico da EMBRAPA e dos departamentos técnicos das grandes empresas transnacionais de insumos. E, por detrás, mas conduzindo esse processo de modernização da agricultura, os bancos ou, mais genericamente, o capital financeiro. (2009, p.4)

A partir daí, podemos considerar que o camponês, ao se deparar com a introdução do crédito rural no campo, fica à mercê das indústrias do agronegócio, onde de um lado estão as indústrias produtoras de insumos e do outro as agroindústrias compradoras desses insumos. Feita essa organização, está o camponês, onde independente do que aconteça, ele sempre será

o mais prejudicado. Ao final disso tudo, o camponês acaba por reproduzir o modo de produção das grandes agroindústrias, no entanto, pelo fato dessa organização econômica do campo sempre tender para o lado das grandes indústrias, o que sobra para o pequeno produtor familiar é apenas uma parcela, desde o acesso ao crédito rural até o acesso ao maquinário mais moderno. De acordo com a Agência BNDES (Online) "Foram R$ 10,3 bilhões em operações dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF) e R$ 701,3 milhões do produto BNDES Crédito Rural, para mais de 40 mil operações". Desses créditos rurais, "Cerca de 46% do total foi protocolado em linhas como do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) em R$ 2,6 bilhões e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) em R$ 2,5 bilhões" (BNDES, Online). Partindo para os créditos rurais destinados ao agronegócio, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária, foram destinados 400,59 bilhões de reais para o incentivo de grandes e médios produtores. E mais, esses produtores ainda contam com 108 bilhões de reais para a emissão de cédulas do produto rural, que de acordo com site do Banco do Brasil (Online) "Cédula de Produto Rural é um título que representa uma promessa de entrega futura de um produto agropecuário, funcionando como um facilitador na produção e comercialização rural".

Tendo em vista os dados acima apresentados, podemos concluir que os investimentos direcionados ao agronegócio como um todo, são estratosfericamente maiores do que os direcionados à agricultura familiar. Nessa perspectiva, o problema não está no incentivo que o governo direciona à agricultura familiar, pelo contrário, o incentivo é necessário, no entanto, a disparidade de investimentos entre os direcionados ao agronegócio e os direcionados a agricultura familiar, é um forte causador das contradições aqui sugeridas.

O que estamos problematizando aqui não é a introdução propriamente dita do capital no campo, estamos falando de como esse capital chegou no campo, que como citado anteriormente, ocorreu de cima para baixo, acarretando assim todas essas contradições já citadas e a inevitável subalternização do pequeno produtor familiar para com as grandes indústrias do agronegócio. A evolução das ferramentas e equipamentos que facilitam a produção no campo é sim bem vinda, no entanto, o problema começa quando o acesso a essas ferramentas e máquinas é reduzido apenas aos donos do agronegócio, desse modo, os produtores familiares ficam sujeitos às mais diversas formas de domesticação ideológicas. Desse modo, Carvalho continua:

> Do ponto de vista político foi a articulação orgânica (consentida e funcional) entre as ações de domesticação ideológica dos produtores rurais familiares pelas empresas públicas e privadas de assistência técnica, através da elaboração das propostas de acesso ao crédito rural que era oferecida pelo Pronaf, para a adoção do modelo

> tecnológico dominante, que proporcionou condições objetivas e subjetivas de subalternização desses produtores aos interesses do capital. (2009, p.4)

Essa articulação, quando falamos da comunidade em questão, ocorreu por meio dos agentes dos bancos, que de acordo com as entrevistas realizadas com os moradores da comunidade, vieram passando de casa em casa apresentando as propostas de acesso ao crédito rural. De acordo com as entrevistas, os moradores relataram que os agentes dos bancos, ao falarem dos tipos de empréstimos que podiam ser feitos, apresentavam as "facilidades" que esses agricultores teriam em suas produções, essas representadas por máquinas, insumos, etc. Isso já nos demonstra que a real intenção dos bancos ao oferecerem créditos rurais é a introdução do modelo tecnológico dominante, a fim de introduzirem os produtores familiares nas cadeias produtivas. Vale pontuar que, de acordo com as entrevistas realizadas no estudo de campo, a comunidade em questão não se introduziu a nenhuma cadeia produtiva, visto que a comercialização dos produtos produzidos pela comunidade, é feita totalmente de maneira interpessoal na própria comunidade ou na cidade de Santa Helena - PB.

Ao construirmos toda essa discussão teórico-metodológica em volta dos dados coletados nas entrevistas com os moradores da comunidade, temos em nossas mãos, a ponte necessária para iniciarmos a discussão mais importante desta pesquisa. Iremos discutir em um terceiro capítulo, a maneira como os moradores da comunidade se articulam para resistirem enquanto camponeses perante as investidas do capital e não perderem sua autonomia, bem como a catarse necessária pela qual esses camponeses precisam passar para se afirmarem enquanto camponeses e poderem manter essas vivências e costumes vivos na comunidade em questão.

3. RESISTÊNCIA E PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA CAMPONESA NO SÍTIO RETIRO

Neste capítulo, iremos abordar a maneira como o produtor rural familiar do Sítio Retiro se articula com sua família e comunidade perante as investidas do capital. Nisso, também serão analisadas as maneiras como esses produtores se desdobram para resistirem enquanto moradores da comunidade, tendo em vista que a introdução do capital no campo obriga o produtor rural familiar a deixar suas terras e se proletarizar. Nesse sentido, Carvalho nos traz:

> O fato histórico concreto é que esses produtores rurais familiares estão sendo expulsos da terra ou submetidos, pela integração ou pela adoção do modelo de produção e tecnológico dominantes, a um processo clássico de diferenciação do campesinato que se verifica com o respaldo e apoio político e financeiro dos governos nacional e estaduais no país. Os que permanecem na terra se sujeitam a uma condição de pobres a serviço direto ou indireto do capital, com as exceções pertinentes. (2009, p.5)

Desse modo, é seguro afirmar, tendo em vista tudo o que foi discutido até aqui, que o produtor rural familiar vem sofrendo de diferentes formas os ataques predatórios do capital, que por sua vez, vem atualmente se reproduzindo a passos largos no campo brasileiro bem como no mundo todo. No entanto, essa ideia de que o campesinato, principalmente nas pequenas comunidades, vem acabando aos poucos deve ser interpretada de outra forma. Temos que entender, primeiramente, que os camponeses não deixam suas terras por opção, eles são expulsos delas. A partir do momento em que você é dono de uma propriedade rural, e como consequência da introdução do capital no campo, que vale ressaltar, aconteceu de cima para baixo, você ter que vender essa terra, isso caracteriza perfeitamente uma expulsão, principalmente pelo fato de que essas terras sempre acabam nas mãos das mesmas pessoas.

Em uma análise mais ampla sobre a questão agrária brasileira, o que está acontecendo são as investidas massivas por parte das empresas do agronegócio às comunidades camponesas no Brasil, como Carvalho nos conta:

> Essa ação continuada e crescente das empresas do agronegócio de cooptação, de desagregação e ou de expulsão dos produtores rurais familiares da terra não se realiza passivamente. Há uma longa trajetória de lutas sociais contra essa ação do capital (e dos latifundiários tradicionais) que se manifesta nas mais distintas formas de resistência social. (2009, p.5)

Por outro lado, destacamos aqui nessa pesquisa a resistência dos pequenos produtores rurais perante as agressivas investidas do capital. Com isso, iremos defender neste capítulo o fato de que o campesinato não está acabando ou enfraquecendo, na verdade ele resiste e se

recria (Shanin, 2008) por meio de costumes e técnicas de produção que são passadas de geração para geração até os dias de hoje.

Mediante isso, a geração de agricultores que hoje resistem produzindo na comunidade Bom Retiro enfrenta seu maior desafio, manter a tradicionalidade de suas práticas e costumes, e fazer segui-las adiante por meio de seus filhos. Desse modo, se pode observar por meio da pesquisa que o produtor rural familiar do Sítio Retiro ainda guarda consigo essa vontade de viver na terra, pela terra e da terra. Essa resistência camponesa se expressa de diferentes formas no campo brasileiro, temos segundo Carvalho:

> A resistência social na terra, a migração para outros sítios menos violentados, a busca incessante de mais e novas terras, seja pelos sem terra nas lutas pela reforma agrária seja pelos próprios produtores rurais familiares que ensejam obter outras terras, denotam que os produtores rurais familiares desejam permanecer, produzir e viver na terra e pela terra. Portanto, qualquer processo, seja de natureza econômica ou política, que leve à expulsão dos produtores familiares da terra é uma violência contra essas famílias e uma negação da possibilidade de se implantar novas formas de produzir no campo diferentes daquelas impostas pelas classes dominantes. (2009, p.5)

Isso nos denuncia que o produtor rural familiar tenta das mais diversas formas resistir perante o capital, para com isso, conseguirem se reproduzir econômica e socialmente com suas famílias em seus sítios. Segundo Carvalho:

> A permanência dos produtores rurais familiares na terra, num processo familiar de produção, integrados direta ou indiretamente ao capital, ou vivenciando tentativas de autonomia perante o capital, dá-se porque o objetivo estratégico desses produtores rurais familiares é garantir a reprodução social da família de maneira a que possam, num processo continuado e crescente, melhorar os padrões de qualidade de vida e de trabalho. (2009, p.6)

Temos, pois, nas entrelinhas, a firme afirmação de que o modo de vida e de produção camponesa tem em sua base, diferentemente do modo capitalista de produção na qual o objetivo principal é apenas a acumulação continuada e crescente, a necessidade de garantir a reprodução social de suas famílias. Desse modo, temos no Sítio Retiro uma forte expressão desse fato, pois, de acordo com as entrevistas realizadas, às famílias que trabalham atualmente com a agricultura familiar, tem um desenvolvimento econômico e social muito satisfatório. Como nos conta um dos entrevistados: "[...] eu não troco aqui por lugar nenhum, aqui o 'caba' planta o que come, cria gado, tem lugar pras crianças brincarem, é sossegado, aqui tem tudo o que o 'caba' precisa."

3.1 AUTONOMIA CAMPONESA: MEIOS UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES DO SÍTIO RETIRO PARA PERMANECEREM ENQUANTO MORADORES DE UMA COMUNIDADE RURAL CONSERVANDO SUA AUTONOMIA

Atualmente, temos no Sítio Retiro um cenário de resistência camponesa, que difere daquele da luta dos camponeses sem-terra, por exemplo. Mas que se expressa de diferentes formas, e se dá no dia a dia. É de fácil percepção que essas pessoas encontram diversos meios para permanecerem na comunidade enquanto produtores rurais, muitas vezes, essas pessoas acabam por se assalariar para conseguirem permanecer na comunidade. Muitas vezes quando empregamos a palavra "assalariar" em uma discussão sobre campesinato, logo temos a concepção, já internalizada, de que no momento em que o camponês se assalaria ele perde sua identidade camponesa. No entanto, devemos entender esse momento da vida do camponês como sendo um momento em que ele se fez valer dos mecanismos do sistema para que o mesmo possa continuar vivendo em sua comunidade rural, sem que seja necessário a completa proletarização e em última instância a migração para as cidades. Nessa mesma perspectiva, Shanin nos explica que:

> [...] as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês. (2008, p.24-25)

Temos aí a afirmação de que não é a introdução do trabalho assalariado ou do trabalho não camponês que irá fazer com que essas famílias percam seu caráter camponês, pelo contrário, essas pessoas veem no trabalho assalariado, uma alternativa para suprir algumas necessidades externas a subsistência, como a construção de uma casa, a compra de móveis, remédios, entre outras coisas que necessitam de algo a mais do que apenas o trabalho na roça. Desse modo, desmistificamos a ideia de que a partir do momento em que o trabalho assalariado é introduzido na comunidade, ela deixa de ser uma comunidade camponesa.

O capitalismo trouxe consigo a privatização de diversos bens comuns, como as sementes transgênicas, por exemplo. A partir do momento em que a indústria produz uma semente com uma suposta capacidade de resistir a determinada condição adversa, mas, que de contrapartida é geneticamente modificada para que seja infértil, essa indústria acaba' por privatizar um bem

comum, sendo ele a semente, ao mesmo tempo que prende o produtor rural familiar a uma prisão que o obriga a sempre estar comprando essas sementes, já que a mesma não produz novas sementes que possam ser plantadas. Vale salientar que o exemplo das sementes está posto apenas a nível de análise, pois, quando voltamos nossos olhares para a comunidade em questão, temos o reconfortante fato de que a maioria dos produtores rurais do Sítio Retiro usam, ainda hoje, sementes retiradas da própria colheita, como já foi apresentado no capítulo anterior. Temos nesse costume, a real expressão de uma resistência camponesa perante o capital, pois, a partir do momento em que o produtor rural se nega a adotar qualquer que seja a práticas advindas do modo de produção e tecnológico dominante, ele nega esse modelo de produção em sua práxis, como Carvalho havia dito:

> Essa possibilidade de um "camponês autônomo" perante o modelo de produção dominante no campo poderá suscitar uma contraconsciência que se baseie não somente no discurso ideológico contra o capital, mas, também, numa prática que lhe dê substância empírica e permita, no decorrer da resistência social contra as ofensivas do capital, alcançar a compreensão necessária sobre a realidade social da sua existência como família produtora para que se plasmem as condições efetivas de desenvolvimento da sua consciência de classe camponesa. (2009, p.12)

Nesse sentido, mesmo os produtores rurais familiares do Sítio Retiro estando imersos em uma sociedade capitalista que tenta de todas as formas e a todos os momentos suprimir qualquer que seja a resistência perante ela, eles ainda mantêm diversos costumes que são extremamente importantes para a construção e manutenção dessa contraconsciência, que mais uma vez, não se limita apenas ao discurso ideológico contra o capital, mas também, a costumes que negam esse capitalismo em sua prática.

Na mesma perspectiva de resistência camponesa e preservação dos costumes que dão sustentação a uma autonomia camponesa, devemos salientar o fato de que não diferente dos primeiros moradores do sítio, as pessoas que produzem atualmente na comunidade ainda mantêm o costume de não introduzirem o trabalho assalariado em suas unidades de produção, como é o caso da troca de dias de serviços, que por sua vez ainda acontece nos mesmos moldes que era praticada pelos primeiros moradores da comunidade. Desse modo, os produtores rurais do Sítio Retiro trocam dias de serviço, na qual eles se ajudam, trabalhando uns para os outros sem relações de trabalho assalariado.

O fato é que temos uma dada sociedade de classes, classes essas que coexistem em uma sociedade capitalista, que por sua vez faz a manutenção de um sistema que mantém sempre as mesmas pessoas com a maior parte de tudo o que é produzido. Nesse sentido, é quase impossível que exista uma forma de viver e de se reproduzir econômica e socialmente que esteja totalmente

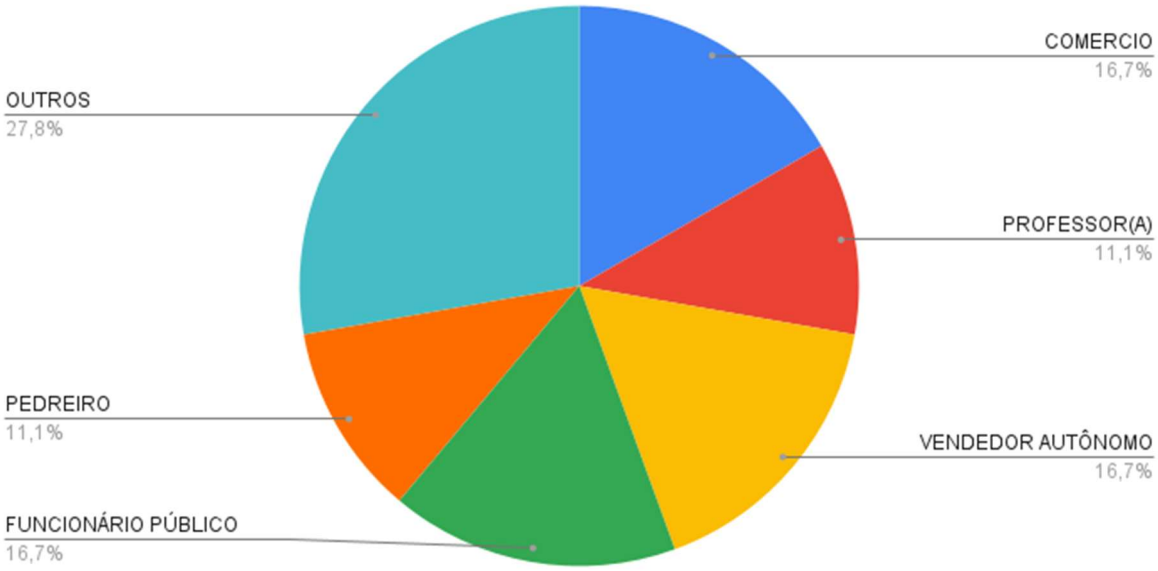
separada do capitalismo, tendo em vista que esse modo de produção já espalhou seus tentáculos por todas as parcelas da sociedade. Dito isso, podemos considerar que o trabalho assalariado não desmonta o campesinato, ele está posto apenas como uma opção para suprir necessidades que são geradas pelo próprio sistema que obriga esses camponeses a muitas vezes procurarem esses trabalhos, como nos diz Thomaz Júnior:

> O mesmo se passa quando estamos diante de estudos, discursos, documentos e posicionamentos, que têm como ponto de referência o campesinato, pois o campo fica restrito a essa forma específica da realidade social, resguardando às formas assalariadas uma segunda ordem de importância. (2006, p.139)

Em concordância com Thomaz Júnior, o trabalho assalariado não pode ser totalmente excluído da vida camponesa, pois, vivemos em uma sociedade onde esse tipo de trabalho se faz presente em todas as suas parcelas.

Atualmente, temos na comunidade uma série de trabalhos alternativos que são destino de muitos dos moradores, como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Trabalhos alternativos realizados pelos moradores da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor (2024)

Este gráfico representa os trabalhos mais procurados pelas pessoas da comunidade, bem como o número de pessoas que os exercem.

Referente aos dados expostos no gráfico, eles representam os trabalhos que são exercidos pelas pessoas que compõem o núcleo familiar das famílias entrevistadas na pesquisa

de campo, desse modo, podemos concluir que em grande maioria, todas as famílias que produzem atualmente na comunidade têm pelo menos uma pessoa que trabalha com algo que não seja a agricultura. Isso se dá pela necessidade de comprar uma série de produtos que não são possíveis de serem produzidos de maneira artesanal no campo.

Ainda que essas pessoas optem por procurar trabalhos fora da comunidade, ela ainda está imersa nessa comunidade, que independente das inevitáveis contradições, ainda mantém um caráter extremamente camponês. Mesmo que determinada pessoa ou até mesmo determinada família não produza no campo, essas ainda desfrutam de diversos alimentos retirados do campo, por exemplo.

Da mesma maneira que o capitalismo busca de todas as formas espalhar seus tentáculos por todas as parcelas da sociedade, a herança e os costumes camponeses ainda são espalhados pela nossa comunidade, ainda que de uma maneira às vezes menos intensa que a do capital. Isso se expressa no compartilhamento da produção, que por sua vez ocorre de maneira uníssona na comunidade, pois, todos os produtores da comunidade ainda carregam consigo o costume de repartir parte da colheita com os amigos e vizinhos. O milho e o feijão sempre são os principais a serem divididos, pois são produzidos em maior quantidade, mas, culturas como a do jerimum e melancia também se enquadram nesse costume. Os derivados do milho também são divididos entre as famílias da comunidade, principalmente quando se trata da pamonha e da canjica, na qual o compartilhamento já começa no preparo, onde alguns contribuem com o milho, outros ajudam a preparar, e no final, tudo é dividido.

É cabível encarar esses costumes que foram apresentados com uma concepção de que eles só são possíveis pelo fato dessas pessoas carregarem consigo essa herança camponesa. O ato de trocarem dias de trabalho sem que seja necessário a introdução do trabalho assalariado, o compartilhamento da colheita seja com pessoas que produzem ou com pessoas que não produzem, o costume que essas pessoas tem de produzirem para si mesmas e não apenas para a venda, todos esses costumes são heranças que precisam ser preservadas nessa comunidade, e mais ainda, que precisam ser repassadas para as gerações futuras. Todo esse conjunto de técnicas e costumes são necessários para a construção de uma consciência de classe camponesa, apenas com o entendimento de que esse modo de vida é característico das famílias camponesas é que poderemos chegar ao entendimento ideológico do ser camponês, e assim, chegarmos a construção de uma sociedade mais igualitária, na qual os interesses produtivos atendam as necessidades das famílias e não as necessidades do próprio capital de se autovalorizar. Referente a criação de uma consciência de classe camponesa, Carvalho nos explica que:

> A perspectiva de identidade social camponesa como classe social não está explicitamente presente, por vezes pode se manifestar de maneira incipiente ou se apresenta apenas para pequenas parcelas desses produtores rurais familiares. Mesmo que seus desejos sejam comuns, de permanecer ou de conquistar a terra, seja com a posse seja com o domínio, e explorá-la com o trabalho familiar direto sem a introdução da relação social de assalariamento, a consciência política e a concepção de mundo são insuficientes para que as suas lutas sociais de resistência se configurem como táticas articuladas com outras ações capazes de acumularem forças para se alcançar objetivos estratégicos de superação do capitalismo e para a construção de uma sociedade socialista. (2009, p.6)

Neste mesmo prisma, podemos considerar que o que está faltando para a comunidade em questão é o fortalecimento de uma ideologia que comporte os princípios necessários para uma autoafirmação camponesa por parte dos moradores do Sítio Retiro. Essa autoafirmação camponesa, ao ser finalmente atingida, estará suscitando os aspectos para chegarmos à catarse necessária pela qual esses produtores rurais familiares precisam passar para finalmente voltarem a se perceberem enquanto camponeses e portadores de uma forma de vida, que como já foi sugerido anteriormente, transpassa o imediatismo das necessidades pessoais e se faz mais eficiente no fato de estar voltado para a consolidação de uma verdadeira segurança alimentar (Carvalho, 2009). Nessa perspectiva, temos segundo Carvalho:

> É nessa perspectiva que a idéia geral de camponês e de campesinato poderá, enquanto conceitos políticos a serem alcançados, contribuir de maneira fundamental para a construção da unidade política de classe dos aqui denominados, amplo senso, de produtores rurais familiares que não incorporaram a relação social de assalariamento nas suas unidades de produção. E mais, as noções de autonomia e acumulação camponesas, de controle familiar dos processos de trabalho, de outro modelo tecnológico, de outra relação com a natureza e com a sociedade, etc. aliadas à percepção de que as empresas capitalistas do agronegócio e os bancos lhes são estruturalmente antagônicos, contribuirão para a construção da unidade de classe da diversidade camponesa no Brasil. (2009, p.14-15)

Com isso, teremos com o desenvolvimento de uma ideia geral de camponês e de campesinato, a criação de uma unidade política de classe dos produtores rurais familiares, e mais, teremos também, a construção de uma unidade de classes da diversidade camponesa no Brasil, levando em consideração que o campesinato se expressa de diversas formas em diversos lugares do Brasil e dos países a fora. Essa ideia de criação do campesinato como classe social, estará, segundo carvalho:

> Tudo leva a crer que a construção do campesinato como classe social propiciará condições econômicas, políticas e ideológicas para a passagem, no nível da consciência política de classe, da consciência social das necessidades para a consciência social da liberdade. È a esse processo, assim o suponho, que Gramsci denominou de 'catarse'. (2009, p.15)

Temos, pois, o vislumbre do que buscamos com a criação do campesinato enquanto classe social. A catarse pela qual o camponês deverá passar, irá proporcionar a passagem social da necessidade para a liberdade. Temos aí a passagem do momento em que é necessária a produção e a geração de lucro, para o momento em que esse sistema que oprime o homem e o assimila a si se torna o instrumento para a criação de uma nova forma ético-política, permeando assim as novas possibilidades e maneiras de produzir, Carvalho (2009, p.15). A principal chave para esse processo de catarse, segundo Carvalho:

> Tudo leva a crer que o fundamental nesse processo aqui sugerido de catarse necessária para que o produtor rural familiar se torne econômica, político e ideologicamente um camponês é a sua práxis social, na qual prevaleça a intenção política de se tornar um camponês autônomo perante o capital, ainda que imerso numa sociedade capitalista. (2009, p.18)

Desse modo, a preservação dos costumes que já são praticados atualmente no Sítio Retiro, por exemplo, levando em consideração que estamos imersos em uma sociedade capitalista, será peça chave para alcançarmos a catarse necessária para que esses produtores se mantenham enquanto produtores rurais familiares, podendo assim alcançarem a consciência necessária para se reconhecerem como camponeses e não perderem sua autonomia.

Com isso, é sabido que com a preservação dos costumes atualmente praticados na comunidade, estaremos garantindo a permanência desse campesinato atualmente praticado na comunidade. “Tudo leva a crer que o fundamental nesse processo aqui sugerido de catarse necessária para que o produtor rural familiar se torne econômica, político e ideologicamente um camponês é a sua práxis social”. (Carvalho, 2009, p.18)

É certo que a práxis social se faz extremamente necessária para a realização efetiva de um modo de vida camponês. Nessa perspectiva, é nossa sugestão que seja feita, em parceria com as crianças da comunidade, uma horta comunitária. O intuito é levar a agroecologia e o campesinato até as crianças, desse modo, estaríamos direcionando toda essa cultura, que foi preservada pelos moradores mais antigos da comunidade, à nova geração. Seria interessante que a horta fosse administrada por um professor, dessa forma, a horta se tornaria um espaço de construção de conhecimento acerca das questões agrárias, bem como o resgate da própria história da comunidade. Para o resgate da história da comunidade, seriam levados periodicamente, moradores mais antigos, visto que os mesmos guardam os conhecimentos e técnicas acerca de toda a organização espacial e cultural da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objeto de estudo, o campesinato da comunidade do Sítio Retiro dos Parnaibas. A pesquisa teve como objetivo a desmistificação de que o campesinato vem acabando na medida em que o agronegócio avança no território brasileiro. O termo "campesinato" sofreu e ainda sofre com as tentativas de ser trocado pelo termo "agricultura familiar". Essa troca tem como objetivo, a retirada do peso político e de todo o significado que o campesinato carrega, bem como o seu caráter militante de resistência perante os avanços do capital no campo.

Conseguimos descobrir no decorrer do trabalho que o campesinato da comunidade em questão, vem resistindo das mais diversas formas aos ataques predatórios do capital. A maneira como as pessoas da comunidade produzem, o preparo da terra, as sementes usadas, as técnicas agrícolas empregadas na produção e até mesmo as relações de trabalho interpessoais existentes na comunidade, nos mostraram que o campesinato permanece vivo e extremamente ativo na comunidade.

Durante a pesquisa de campo, podemos perceber que os produtores da comunidade, desde os mais antigos até os mais atuais, mantem um forte costume de sempre passarem as técnicas agrícolas e todos os aspectos culturais que giram em torno do campesinato da comunidade, para as gerações futuras. Isso ocorre no ato de sempre levarem seus filhos para a roça, seja para ajudar no trabalho, ou até mesmo como uma forma de lazer.

A pesquisa de campo, bem como os resultados obtidos a partir dela, foram essenciais para nos mostrar que a comunidade observada mantém um modo de vida camponês. Também pode-se observar que, da maneira como ocorre com outras comunidades camponesas, a comunidade em questão, também sofre com as investidas predatórias do capital, no entanto, como muitas comunidades camponesas espalhadas pelo mundo a fora, ela resiste, mantendo o seu campesinato vivo.

Pelo fato deste trabalho ter se limitado a análise de uma pequena comunidade rural, tivemos a possibilidade de observar todos os seus aspectos de perto. No entanto, devido a própria falta e tempo, não tivemos a possibilidade de ir mais além com a nossa pesquisa. E certo que ainda temos um longo trabalho pela frente, no entanto, após tudo o que foi discutido na pesquisa, e levando em consideração que a comunidade em questão já carrega consigo uma prática camponesa, podemos concluir que o que está faltando para que essas pessoas se afirmem e se compreendam enquanto camponesas, é um acesso significativo a uma ideologia que comporte todos os aspectos necessários para uma real autoafirmação camponesa. Desse modo,

essas pessoas poderão compreender o real significado do ser camponês, para que assim, elas não apenas usem uma nomenclatura sem significado, mas sim, entendam o significado político da palavra.

Por fim, o nosso trabalho pode vir a contribuir para dar visibilidade a mais uma comunidade rural que mantém viva, mesmo com todas as consequências advindas da reestruturação produtiva da agropecuária, um modo de vida camponês. Desse modo, estaremos ajudando a alcançar uma percepção, por parte dos próprios camponeses e da sociedade como um todo, de que o campesinato não acabou, pelo contrário, ele se mantém vivo e resistindo em muitas comunidades, como a própria comunidade do Sítio Retiro dos Parnaibas

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 23, 1998.

Agência BNDES de Notícias. Desempenho do BNDES no Plano Safra 2024-2025 ultrapassa R$ 11 bilhões em operações. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Desempenho-do-BNDES-no-Plano-Safra-2024-2025-ultrapassa-R$-11-bilhoes-em-operacoes/>. Acesso em: 02 de nov. 2024

ANDRADE, S. M. CORREIA. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO NORDESTE.** São Paulo em perspectiva. v. 11, n. 2, p. 110-117. 1997.

Banco do Brasil. Cédula de Produto Rural - CPR. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/medio-produtor/comercializar-sua-producao/bb-cpr#/>. Acesso em: 02 de nov. 2024

Brasília, DF: Presidente da República, [1850]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l06011850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais> Acesso em 02 de nov. de 2024

CARVALHO, Horacio Martins de. De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária. 2009.

ELIAS. Denise. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil.** In: Revista Eletrónica de Geografía y ciências sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm 218 (03), p.2,4,7. 1 de agosto de 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, p. 27-28, 2006.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro.** GeoTextos, v. 2, p. 119-122, 2006.

Gov.br. Governo Federal lança Plano Safra 24/25 com R$ 400,59 bilhões para agricultura empresarial. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-safra-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-agricultura-empresarial>. Acesso em: 02 de nov. 2024

JÚNIOR, Antonio Thomaz. **Se Camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil.** GEOGRAFIA E TRABALHO NO SÉCULO XXI Volume 2, p. 139, 2006.

MARTINS, José de Souza. OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL. In: MARTINS, José de Souza. **OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis - RJ: Vozes, 1990. p. 22, 23, 26.

Memórias da ditadura. LIGAS CAMPONESAS. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/ligas-camponesas/>. Acesso em: 02 de nov. 2024

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** 1. ed. São Paulo: FFLCH, p. 43, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala.** Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestros tempos. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária?** 1980.

SHANIN, Theodor. **Lições Camponesas.** In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edemilson. Campesinato e Territórios em Disputa. 1ª Edição, São Paulo, Editora Expressão Popular, p. 24-26, 39. 2008.

VICTOR, Daniel Ribeiro. **Ascensão e queda do movimento social de luta pela terra das ligas camponesas no Nordeste Brasileiro.** Rev História em Curso, Belo Horizonte. p. 206, 2022.

VIZOLLI, Idemar; MENDES, Alessandra Norberto. **Braça, quadro e tarefa: um modo de efetuar medida de terras.** Vidya, v. 36, n. 1, p. 69, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência.** Rev Econ. Sociol Rural. 2014; v. 52, p. 26-30.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Agência Senado,** 14 de set. de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 20 de ago. de 2024.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA:

- Bloco 1

1° Qual o tamanho da propriedade?

2° Nesta propriedade, o trabalho é familiar?

3° Existe algum tipo de arrendamento de terra?

4° Quem é o dono da propriedade?

5° Quem compõe o núcleo familiar?

6° Alguém trabalha com algo que não seja a agricultura? Se sim, quem e com oque?

- Bloco 2

1° O que está sendo produzido?

2° Como se dá o processo de produção? Ferramentas, técnicas, fertilizantes…

3° Como são as sementes?

4° Como se dá o acesso a essas sementes?

5° Quais são os problemas enfrentados na produção?

6° Como é feito o armazenamento da colheita?

7° Já houve alguma perda total da colheita? Se sim, qual foi o motivo?

- Bloco 3

1° Se faz a utilização de alguma política pública? Se sim, qual?

2° Como se deu o acesso a essas políticas?

3° Quais benefícios essa política trouxe?

- Bloco 4

1° A produção está sendo vendida?

2° Onde a produção está sendo vendida?

3° Como a produção é vendida?

4° O que sobra para a família?